ATA DA QUADRINGENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, reuniu-se a Câmara de Administração do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico Reitor da Universidade, Professor Doutor PAULO CÉSAR MONTAGNER, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Anna Christina Bentes, Beatriz Cardoso Nascimento, Bruno Gomes Ximenes, Célio Hiratuka, Christiane Neme Campos, Dirceu Noriler, Elaine Cristina de Ataíde, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Sarti, Francisco da Fonseca Rodrigues, Hernandes Faustino de Carvalho, José Luis Pio Romera, Karina Gonzales Silvério Ruiz, Lucas Santos Marçal, Luiz Seabra Junior, Marcelo Dotti, Marcos César de Oliveira, Mariana Conceição da Costa, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Pavan Serafim, Newton Cesário Frateschi, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Ricardo Miranda Martins, Sylvia Helena Furegatti e Verónica Andrea González-López. Como convidados, compareceram os professores: Augusto César da Silveira, Flávio Henrique Baggio Aguiar, Leonardo Lorenzo Bravo Roger e Roberto Donato da Silva Junior; a doutora Raluca Savu; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Maria Aparecida Quina de Souza, Sérgio Alves dos Santos e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Ariovaldo José da Silva, sendo substituído pela conselheira Karina Gonzales Silverio Ruiz; Hugo Enrique Hernandez Figueroa; Everardo Magalhães Carneiro, sendo substituído pela conselheira Mariana Conceição da Costa; Angela Christina Lucas; e Adilton Dorival Leite, sendo substituído pelo conselheiro Bruno Gomes Ximenes. Havendo número legal, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Quadringentésima Décima Sexta Sessão Ordinária da Câmara de Administração, realizada de forma presencial, fazendo algumas considerações iniciais. Faz sua autodescrição: é um homem branco, de cabelos grisalhos, está usando uma camisa rosa, uma gravata escura, com emblema da Unicamp, um paletó cinza, e ao fundo há uma parede cinza. Está sendo transmitida pelo YouTube esta Sessão da Câmara de Administração – CAD, que ocorre em uma sala de 142 metros quadrados, com capacidade para 81 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco fileiras de mesas contínuas para os conselheiros e uma mesa para a presidência e equipe da Administração, que fica de frente para as outras cinco. Sobre todas as mesas há *laptops* e microfones para que os membros possam acessar as pautas e fazer uso da palavra sem precisar se deslocar. Sugere que os conselheiros façam uma breve autodescrição no início de suas primeiras falas. O tempo da autodescrição não será cronometrado. Solicita aos membros titulares que façam o *login* no *site* da SG e acessem o menu CAD – Sessões para que suas presenças sejam registradas e para que recebam as cédulas de votação. Quando estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. É imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página da SG. No caso de a cédula de votação não aparecer na tela, o conselheiro deve aguardar a finalização da votação e pedir a palavra para declarar seu voto no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e três minutos para o

Expediente. As inscrições para o Expediente devem ser realizadas por meio do livro de inscrições que se encontra à sua direita. Informa que, a partir de 24.10.25, o representante discente Lucas Santos Marçal assume a suplência junto à CAD, em substituição ao conselheiro Ângelo Roberto Biasi, que foi desligado do Consu em virtude da conclusão e defesa de sua tese. A seguir, submete à apreciação a Ata da Quadringentésima Décima Quinta Sessão Ordinária, realizada em 7 de outubro de 2025, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 06 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 50 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 02 itens, informando que os itens 01 – Nº 01-P-20381/2025 – e 02 – 01-P-24977/2022 – da Ordem do Dia Suplementar já estão destacados pela Mesa. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES destaca o item 49 – Proc. nº 01-P-23930/2025 –, da Diretoria Executiva da Área da Saúde. Não havendo mais destaques, submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 01 abstenção, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: I - A - Regimentos – Para Aprovação - Artigo 50, inciso I, "l", dos Estatutos da Unicamp - 01) Proc. nº 01-P-11523/1986, da Faculdade de Educação – Proposta de Deliberação CAD que dispõe sobre o Regimento Interno da Congregação da Faculdade de Educação – Pareceres PG-938/24, 2492/25 e CLN-84/25. 02) Proc. nº 19-P-22911/2004, da Faculdade de Educação – Proposta de Deliberação CAD que dispõe sobre o Regimento Interno da Faculdade de Educação, revogando a Deliberação CONSU-A-31/04 – Pareceres PG-170/22, 870/24, 2257/25 e CLN-85/25. 03) Proc. nº 18-P-43932/2024, da Faculdade de Engenharia Química – Proposta de Deliberação CAD que dispõe sobre o Regimento Interno da Faculdade de Engenharia Química, revogando a Deliberação CAD-A-05/21 – Pareceres PG-767/25, 2260/25 e CLN-86/25. B - Carreira Docente - a) Nomeação na Parte Permanente do QD – Professor Titular – Aplicação do RDIDP - Deliberação Consu-A-02/2001 - 04) Proc. nº 08-P-20771/2008, de Kleber Roberto Pirota – Instituto de Física Gleb Wataghin – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – área de Física Geral. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 02.09.25 – Aprovação pela Congregação em 29.09.25 – Parecer CPDI-78/25 - Recursos: Informação Aeplan-1761/25. 05) Proc. nº 01-P-7457/1993, de Mirna Lucia Gigante – Faculdade de Engenharia de Alimentos – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – áreas de Operações e Processos na Indústria de Alimentos e Tecnologia de Leite e Derivados - Departamento de Engenharia e Tecnologia de Alimentos. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 18.03.25 – Aprovação pela Congregação em 26.09.25 – Parecer CPDI-79/25 - Recursos: Informação Aeplan-1764/25. 06) Proc. nº 26-P-6296/2002, de Paulo Sérgio Fracalanza – Instituto de Economia – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – área de Microeconomia - Departamento de Teoria Econômica. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 07.10.25 – Aprovação pela Congregação em 15.08.25 – Parecer CPDI-80/25 - Recursos: Informação Aeplan-1765/25. 07) Proc. nº 26-P-6293/2002, de Pedro Paulo Zahluth Bastos – Instituto de Economia – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – área de Desenvolvimento Econômico - Departamento de Política e História Econômica. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 07.10.25

– Aprovação pela Congregação em 15.08.25 – Parecer CPDI-81/25 - Recursos: Informação Aeplan-1767/25. b) Nomeação na Parte Permanente do QD – Professor Doutor – Ingresso no RDIDP - Deliberação Consu-A-02/2001 - 08) Proc. nº 06-P-32270/2025, de Hiskell Francine Fernandes e Oliveira – Faculdade de Odontologia de Piracicaba - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Prótese Parcial Removível – Departamento de Prótese e Periodontia. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 07.11.23 – Aprovação pela Congregação em 10.09.25 – Parecer CPDI-82/25 - Recursos: Informação Aeplan-1804/25. 09) Proc. nº 07-P-36716/2025, de Laís Rosa Viana – Instituto de Biologia - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Ensino de Biologia - Departamento de Bioquímica e Biologia Tecidual. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 02.09.25 – Aprovação pela Congregação em 24.09.25 – Parecer CPDI-83/25 - Recursos: Informação Aeplan-1770/25. 10) Proc. nº 19-P-29864/2014, de Luana Costa Almeida – Faculdade de Educação - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Teoria Pedagógica - Departamento de Ensino e Práticas Culturais. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 11.06.24 – Aprovação pela Congregação em 24.09.25 – Parecer CPDI-84/25 - Recursos: Informação Aeplan-1768/25. 11) Proc. nº 07-P-36988/2025, de Maxuel de Oliveira Andrade – Instituto de Biologia - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Microbiologia, com ênfase em Bacteriologia - Departamento de Genética, Evolução, Microbiologia e Imunologia. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 02.09.25 – Aprovação pela Congregação em 24.09.25 – Parecer CPDI-85/25 - Recursos: Informação Aeplan-1771/25. 12) Proc. nº 11-P-36298/2025, de Micael Rodrigues Cunha – Instituto de Química - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – áreas de Química de Produtos Naturais, Biocatálise, Química Medicinal e Espectroscopia/Espectrometria - Departamento de Química Orgânica. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 02.09.25 – Aprovação pela Congregação em 26.08.25 – Parecer CPDI-86/25 - Recursos: Informação Aeplan-1772/25. 13) Proc. nº 10-P-37673/2025, de Miguel Ibieta Jiménez – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Geometria e suas Aplicações - Departamento de Matemática. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 07.10.25 – Aprovação pela Congregação em 07.08.25 – Parecer CPDI-87/25 - Recursos: Informação Aeplan-1769/25. c) Contratação Temporária – Carreira MS - Deliberação CAD-A-03/2018 - 14) Proc. nº 10-D-37628/2025, do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica – Contratação temporária de 01 (um) Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, do Departamento de Matemática, pelo período de 365 dias ou até que se realize concurso público (Proc. nº 10-P-26873/25) e se admita o candidato aprovado, o que ocorrer primeiro, em substituição a docente aposentada em 27.02.24 e ao desligamento de docente (contratação temporária) em 05.08.25 – Aprovação pela Congregação em 02.10.25 – Parecer CVD-59/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-413/25. d) Prorrogação de Contrato Emergencial de Docente – Carreira MS - § 3º do art. 2º da Deliberação CAD-A-03/2018 - 15) Proc. nº 19-P-32595/2024, da Faculdade de Educação – Prorrogação do contrato temporário de Marcela Boni Evangelista, Professor

Doutor, nível MS-3.1, em RTC, do Departamento de Filosofia e História da Educação, por mais 365 dias, a partir de 06.11.25 ou até que se realize concurso público e se admita o candidato aprovado, o que ocorrer primeiro, em substituição a docente aposentado em 02.08.22 – Aprovação pela Congregação em 24.09.25 – Parecer CVD-61/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-424/25. 16) Proc. nº 19-P-39019/2024, da Faculdade de Educação – Prorrogação do contrato temporário de Mônica Cristina Garbin, Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTC, do Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, por mais 365 dias, a partir de 05.12.25 ou até o retorno do docente, o que ocorrer primeiro, em substituição a docente afastado para exercer o cargo de Diretor de Educação a Distância na Fundação Capes, em Brasília, a partir de 21.06.24, sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens da função, mediante reembolso da cessão – Aprovação pela Congregação em 24.09.25 – Parecer CVD-60/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-400/25. e) Abertura de Concurso Público – Carreira MST - 17) Proc. nº 13-P-36351/2025, do Colégio Técnico de Limeira – Atribuição de 01 cargo e respectivos recursos para realização de concurso público para admissão de 1 (um) docente em jornada de 20 horas semanais, na categoria e nível correspondentes à titulação do docente a ser admitido, junto ao Departamento de Gestão e Processos Industriais, disciplinas técnicas do curso Técnico em Administração – Eixo de Finanças e Contabilidade, cuja implantação ocorrerá a partir do ano letivo de 2026 – Aprovação pela CGA em 08.09.25 – Parecer CVD-63/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-402/25. 18) Proc. nº 13-P-36412/2025, do Colégio Técnico de Limeira – Atribuição de 01 cargo e respectivos recursos para realização de concurso público para admissão de 1 (um) docente em jornada de 20 horas semanais, na categoria e nível correspondentes à titulação do docente a ser admitido, junto ao Departamento de Gestão e Processos Industriais, disciplinas técnicas do curso Técnico em Administração – Eixo Jurídico e Processual, cuja implantação ocorrerá a partir do ano letivo de 2026 – Aprovação pela CGA em 08.09.25 – Parecer CVD-64/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-401/25. f) Contratação Temporária - Carreira MST - § 4º do art. 2º da Deliberação CAD-A-03/2018 - 19) Proc. nº 13-P-36671/2025, do Colégio Técnico de Limeira – Contratação temporária de 1 (um) docente no nível inicial da carreira MST-II-C, em jornada de 20 horas semanais, pelo prazo de 365 dias ou até que se conclua o concurso público para admissão definitiva (Proc. nº 13-P-36351/25), junto ao Departamento de Gestão e Processos Industriais, disciplinas técnicas do curso Técnico em Administração – Eixo de Finanças e Contabilidade, cuja implantação ocorrerá a partir do ano letivo de 2026 – Aprovação pela CGA em 08.09.25 – Parecer CVD-65/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-404/25. 20) Proc. nº 13-P-36675/2025, do Colégio Técnico de Limeira – Contratação temporária de 1 (um) docente no nível inicial da carreira MST-II-C, em jornada de 20 horas semanais, pelo prazo de 365 dias ou até que se conclua o concurso público para admissão definitiva (Proc. nº 13-P-36351/25), junto ao Departamento de Gestão e Processos Industriais, disciplinas técnicas do curso Técnico em Administração – Eixo Jurídico e Processual, cuja implantação ocorrerá a partir do ano letivo de 2026 – Aprovação pela CGA em 08.09.25 – Parecer CVD-66/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-403/25. g) Aproveitamento de Concurso Público –

Carreira MST - 21) Proc. nº 12-D-36118/2025, do Colégio Técnico de Campinas – Atribuição de 1 (um) cargo e respectivos recursos para aproveitamento de candidato aprovado no concurso público (Proc. nº 12-P-17545/23), para seguir com as providências para admissão do 3º classificado em jornada de 40 horas semanais, na categoria e nível correspondentes à titulação do docente a ser contratado, junto ao Departamento de Plásticos, em substituição a docente aposentado em 15.09.25 – Aprovação pela Congregação em 10.09.25 - Parecer CVD-62/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-412/25. h) Manutenção de Contrato Temporário de Docente – Carreira MST - Deliberação CAD-A-03/2018 - 22) Proc. nº 12-P-24845/2024, do Colégio Técnico de Campinas – Manutenção do contrato temporário da Profa. Mariana Granzoto Lopes, em jornada de 20 horas semanais, junto ao Departamento de Eletroeletrônica, em substituição a docente que esteve afastado preventivamente no período de 31.08.24 a 25.08.25 e atualmente se encontra readaptado pelo DPME por 02 anos – Aprovação pela Congregação em 10.09.25 – Parecer CVD-67/25 - Recursos: Informação PRDU/GQDOC-425/25. C - Carreira de Pesquisador – Admissão - Artigo 21-A da Deliberação CAD-A-01/2019 - 23) Proc. nº 01-P-32379/2025, do Centro de Componentes Semicondutores e Nanotecnologias – Admissão de Andrei Alaferdov para exercer o cargo de Pesquisador da Carreira Pq – nível C – em jornada de 40 horas semanais (Regime de Integralidade e Exclusividade) – junto à área de Micro e Nanofabricação: síntese e caracterização de nanomateriais, montagem e testes de dispositivos do Laboratório de Micro e Nanofabricação e Microssistemas - Aprovação pelo Conselho Superior do CCSNano em 06.10.25 - Concurso homologado pela Cepe em 06.06.23 - Parecer CPDI-89/25 - Recursos: Informação Aeplan-1773/25. D - Carreira Paepe – Admissão - Deliberação Consu-A-18/2013 - 24) Proc. nº 01-P-32904/2025, da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa – Suplementação de recursos no valor de R$4.929,44 para realizar admissão por concurso público de 1 (um) Profissional para Assuntos Administrativos, nível M1A, em jornada de 40 horas semanais - Parecer CVND-117/25 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-1582/25. 25) Proc. nº 01-P-37792/2025, da Escola de Educação Corporativa – Suplementação de recursos no valor de R$4.929,43 e a utilização de R$4.365,66 para realizar admissão por concurso público de 1 (um) Profissional de Apoio Administrativo, nível S1A, em jornada de 40 horas semanais - Parecer CVND-119/25 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-1630/25. 26) Proc. nº 07-P-39008/2025, do Instituto de Biologia - Suplementação de recursos no valor de R$14.788,32 para realizar admissão por concurso público de 3 (três) Técnicos em Laboratório, perfil Técnico em Anatomia, nível M1A, em jornada de 40 horas semanais – Parecer CVND-116/25 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-1627/25. 27) Proc. nº 01-P-34187/2025, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – Suplementação de recursos no valor de R$4.929,44 para realizar admissão por concurso público de 1 (um) Profissional para Assuntos Administrativos, nível M1A, em jornada de 40 horas semanais - Parecer CVND-121/25 - Recursos: Informação PRDU/CGQC-1564/25. E - Congregação – Para Homologação - Resolução GR-19/2017 - 28) Proc. nº 08-P-40526/2025, do Instituto de Física Gleb Wataghin – Eleições das representações docente por nível, docente complementários e servidores técnico-administrativos, realizadas nos dias 24 e 25.09.25 –

Aprovação pela Congregação em 29.09.25 – Informação IFGW/DIF-38/25. F - Áreas de Prestação de Serviços - Para Aprovação - Prestação de Contas - Deliberação Consu-A-56/2020, revogada pela Deliberação Consu-A-09/2025 - Deliberação Cepe-A-03/2025 - 29) Proc. nº 36-P-22906/2019, da Faculdade de Ciências Aplicadas – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Análise por Cromatografia Líquida", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 08.10.25. 30) Proc. nº 01-P-2744/1994, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Laboratório de Telemática", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 29.09.25. 31) Proc. nº 29-P-15090/1998, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Laboratório de Engenharia de Computação e Automação Industrial", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 29.09.25. 32) Proc. nº 29-P-19767/1999, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Departamento de Semicondutores, Instrumentos e Fotônica", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 29.09.25. 33) Proc. nº 29-P-24931/2003, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Departamento de Comunicações", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 29.09.25. 34) Proc. nº 29-P-7666/2004, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Departamento de Sistemas e Controle de Energia", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 29.09.25. 35) Proc. nº 29-P-20623/2004, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Laboratório de Sensores Microeletrônicos", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 29.09.25. 36) Proc. nº 29-P-6254/2014, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Laboratório de Transitórios Eletromagnéticos em Sistemas de Potência", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 29.09.25. 37) Proc. nº 18-P-21082/2025 (18-P-13444/2000), da Faculdade de Engenharia Química – Prestação de contas da área de prestação de serviços "Laboratório de Modelagem e Simulação de Processos Químicos", relativa ao exercício de 2024 – Aprovação pela Congregação em 26.09.25. G - Convênios, Contratos e Termos Aditivos - a) A ser celebrados – Para Aprovação - Deliberação Consu-A-16/2022 - 38) Proc. nº 01-P-10742/2025, da Diretoria Geral da Administração – Convênio - Partes: Unicamp e Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Gestão e Governo Digital - Executores: Lina Amaral Nakata, Cleber de Lima Palmieri, Danilo Jorge Zanetti e Sergio Alves dos Santos - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Desenvolvimento de pesquisas, troca de expertise e outras formas de colaboração para o aprimoramento dos processos de gestão de políticas públicas de compras, contratações e outras áreas de interesse mútuo - Parecer: Cacc. 39) Proc. nº 32-P-9929/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Fornecimento

de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 40) Proc. nº 32-P-10042/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Irmandade da Santa Casa de Vinhedo - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 41) Proc. nº 32-P-19463/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Sociedade Beneficente São Camilo – Hospital São Camilo – Águas de Lindóia - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 42) Proc. nº 32-P-19465/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Santa Casa de Misericórdia de Capivari - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 43) Proc. nº 32-P-19467/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Guaçu - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 44) Proc. nº 32-P-19474/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Irmandade da santa Casa de Misericórdia de Pirassununga - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 45) Proc. nº 32-P-22796/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Termo Convênio de Parceria nº 446/25 - Partes: Unicamp e Prefeitura Municipal de Indaiatuba - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Implantação e manutenção do Posto de Coleta de Indaiatuba, a ser localizado nas dependências do Ambulatório de Especialidades Dr. Mario Paulo, localizado na Rua Zephiro Puccinelli, S/N, Jardim Morada do Sol – Indaiatuba/SP - Parecer: Cacc. 46) Proc. nº 32-P-30426/2025, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp e Município de Nova Odessa – Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acilio Carrion Garcia - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Joyce Maria Annichino Bizzacchi - Vigência: 60

meses - Resumo do Objeto: Realização de atendimento transfusional à distância e realização de procedimentos que visem adequar os hemocomponentes às necessidades específicas de determinados pacientes, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta autorizado pelo Hemocentro/Unicamp, que poderá suspender ou modificar uma transfusão quando considerá-la inadequada ou desnecessária - Parecer: Cacc. b) Para Homologação da Aprovação *Ad Referendum* do Reitor - Deliberação Consu-A-16/2022 - 47) Proc. nº 01-P-16662/2020, do Centro de Engenharia Biomédica - 1º Termo Aditivo ao Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – SEDE - Executores: José Wilson Magalhães Bassani e Ana Cristina Bottura Eboli - Data de assinatura: 24.09.25 com efeitos a partir de 27.11.24, conforme Cláusula Segunda - Resumo do Objeto: Inclusão das unidades hospitalares HU-Unifap, HU-UFRR e CH-UFRJ no escopo do serviço contratado, o que equivale a 2,28% do valor inicial atualizado (passando a R$932.898,89), ao Contrato que visa a contratação de Sistema informatizado de Gerenciamento Centralizado de Equipamento Médico-Hospitalar para gerenciamento do parque de equipamentos médico-hospitalares da EBSERH, em sistema web, que serão prestados nos termos do Projeto Básico - Parecer: Cacc. 48) Proc. nº 01-P-32343/2025, Centro de Estudos de Energia e Petróleo - Termo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Bernardo Tavares Freitas e Carlos Roberto de Souza Filho - Recursos: R$1.494.801,07 - Vigência: 730 dias - Data de assinatura: 29.09.25 - Resumo do Objeto: Participação da Petrobras na melhoria da infraestrutura para aquisição de equipamento para imageamento petrográfico e de catodoluminescência associado a datação de rocha sedimentar, nas instalações do Cepetro/Unicamp, visando a capacitação da Universidade na realização de pesquisas/testes/estudos - Parecer: Cacc. 50) Proc. nº 01-P-36237/2025, da Diretoria Executiva de Planejamento Integrado - Termo de Cooperação Técnica - Partes: Unicamp e Elektros Redes S.A. – Neoenergia Elektro - Executores: Luiz Carlos Pereira da Silva e Alcides José Scaglia - Recursos: Conforme Cláusula Terceira – valor global do projeto R$1.596.686,16, sendo R$1.368.032,18 referente ao investimento do PEE Neoenergia Elektro e R$228.653,98 contrapartida da Unicamp - Vigência: 16 meses - Data de assinatura: 07.10.25 - Resumo do Objeto: Aplicação, pela Neoenergia Elektro, de recursos financeiros oriundos do Programa de Eficiência Energética – PEE, para implementação do projeto de eficiência energética nos usos finais de energia elétrica, iluminação e condicionamento ambiental, nas dependências da Universidade, de acordo com o Diagnóstico Energético classificado e selecionado na CPP nº 001/24 e critérios estabelecidos pelo PROPEE, e cujos critérios atendem aos requisitos para serviços, materiais e equipamentos - Parecer: Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 49 – Proc. nº 01-P-23930/2025 –, da Diretoria Executiva da Área da Saúde, que trata de Convênio de Cooperação entre as Partes: Unicamp e Funcamp, tendo como Executores: Luiz Carlos Zeferino, Cláudio Saddy Rodrigues Coy, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Adriano Rogério Gozzi, Carlos Roberto Carducci, Joyce Maria Annichino Bizzacchi, Erich Vinicius de Paula, Vitoria Regia Pereira Pinheiro, Cristiane Kibune Nagasako Vieira da Cruz, Ivani Rodrigues Silva, Mateus Giesbrecht, Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin, Elaine Cristina de Ataíde, Fernanda Loureiro de Andrade Orsi, Luis Otávio

Zanatta Sarian, Maria José Ramalheira Guardado, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Carina Marconi Germer, Irani Rodrigues Maldonade, Sara Teresinha Olalla Saad e João Renato Bennini Junior. Recursos: Conforme Cláusula Quinta – Dos Recursos Financeiros - Vigência: 05 anos - Data de assinatura: 07.10.25 - Resumo do Objeto: Cooperação entre as partes para a atribuição da gestão administrativa e financeira dos recursos destinados pelo Governo Federal ou pelo Governo do Estado de São Paulo às atividades de assistência à saúde desenvolvidas pela Área de Saúde da Unicamp, observada a finalidade original do recurso transferido pelos concedentes, tendo por objetivo o aprimoramento da gestão administrativa e financeira destes recursos e, consequentemente, o incremento da qualidade das atividades de assistência à saúde oferecidas pela Unicamp à população, assim como das atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação a elas relacionadas. Destaque da professora Anna Bentes. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES faz sua autodescrição: é uma mulher negra, no momento está sem óculos e está usando um vestido azul. Solicita um esclarecimento em relação a esse convênio: ficou se perguntando se não havia esse procedimento da Deas com a Funcamp e o que está acontecendo agora para juntar tudo e fazer esse convênio com a Funcamp. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO faz sua autodescrição: é uma mulher branca, de cabelos longos, castanhos, usa óculos de armação preta e está com uma blusa verde. Esclarece que esse convênio vem tratar de uma questão formal, de algo que já era feito há muitas décadas na área de Saúde, que é a gestão do convênio SUS pela Funcamp. A prática sempre foi fazer um convênio guarda-chuva com a Fundação e, embaixo desse guarda-chuva, fazer inúmeros Termos Aditivos para as atividades que contam com o apoio da Funcamp. Então, há TA para a editora, para a área de Saúde, para o Faepex e outras várias atividades. No entanto, o Tribunal de Contas tem questionado muito o detalhamento dessas atividades, uma descrição mais pormenorizada das atribuições da Fundação e da Unicamp. Aliado a isso, identificaram na última renovação, em 2023, que, como precisam renovar a cada cinco anos o guarda-chuva, e consequentemente todos os TAs, não conseguiam ter um olhar muito adequado para todos, que eram mais de 60. Então, fizeram um estudo para unificar, e só para terem uma ideia, este que está sendo aprovado agora abarca 14 TAs, que juntaram, e isso facilitou bastante a gestão. Portanto, é uma organização de cunho formal; juntaram 14 termos aditivos da área de Saúde em um único plano, agora bem detalhado, quanto às atribuições da Fundação, da Unicamp, de todo o processamento, para atender o Tribunal de Contas e também para facilitar quando da renovação do guarda-chuva. Nada alterou na prática do que é feito, só melhoraram o aspecto documental, do convênio formal do processo. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA pergunta se são cinco anos a partir da data da aprovação aqui na CAD. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que é a partir da data da assinatura, e foi assinado dia 7 de outubro. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA solicita esclarecimento se esse é o convênio total do SUS, que paga toda a operação do HC. O MAGNÍFICO REITOR diz que acha que de todas as áreas, porque há executores de várias áreas da Unicamp, não só do HC. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que, para organizar, fizeram um desenho um pouco diferente. Tem um executor geral do convênio, mas cada

unidade que gere ali sua parcela do recurso SUS continua como subexecutor, para não ter impacto na gestão do que já é feito hoje. Reorganizaram isso, mas na prática continua como é hoje. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE pergunta se no caso do SUS paulista, quando ele vier, vão poder utilizá-lo extraorçamentário ou continua a mesma dificuldade de ser orçamentário. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que ele está previsto no convênio como uma fonte de receita desse convênio, mas o uso dele aqui vai depender da rubrica que vier do Estado de São Paulo. Então, se a rubrica permitir que ele seja executado dessa maneira, não haverá problema. O MAGNÍFICO REITOR observa que normalmente tem vindo como Recurso do Tesouro, ele é orçamentário, não vem como extraorçamentário. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-20381/2025 –, que trata da proposta de criação da Diretoria Executiva de Sustentabilidade. Passa a palavra para o professor Roberto Donato, que fará uma apresentação. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR diz que, dentro do trabalho feito pelo GT, desenvolveram um conjunto de elementos que poderiam balizar a possibilidade de construção dessa diretoria executiva. A primeira questão é por que uma nova estrutura voltada para a sustentabilidade na alta Administração. O primeiro fator é que a sustentabilidade está entre os objetivos estratégicos da Unicamp, é um dos vetores fundamentais de atuação da Unicamp, estabelecido pela própria comunidade universitária. Há iniciativas relevantes, bastante importantes na área de sustentabilidade, mas desarticuladas entre si. A Unicamp é, talvez, uma das pioneiras do cenário acadêmico brasileiro de tratamento das questões da sustentabilidade nos vários âmbitos de atuação, seja ensino, pesquisa e extensão. Ela possui os principais centros de pesquisa de desenvolvimento, de atuação na área de sustentabilidade, distribuídos nas mais diferentes unidades, centros e núcleos, e também um conjunto expressivo de órgãos dedicados à sustentabilidade, além das prerrogativas de sustentabilidade que estão dentro das pró-reitorias, mas não há um órgão ou não há uma política institucional derivada da Reitoria para a organização de todo esse sistema. Isso revela, portanto, uma ausência de estratégia institucional integrada, e isso foi reforçado principalmente no diagnóstico da avaliação institucional dos anos de 2019 e 2023, em que os avaliadores internos e externos demonstraram que essa grande potência da Universidade nesse tema é freada pela falta de uma política institucional e de um direcionamento institucional que venha da alta Administração. Então, o desafio é criar uma política que centralize e organize essas ações, sem, no entanto, matar ou afogar a vivacidade da comunidade que produz ciência, gestão, extensão, ensino, altamente atrelada à questão da sustentabilidade. Há a questão da sigla: pensaram, em um primeiro momento, em DESusten, que ninguém gostou, mas não havia um nome melhor. Atualmente, estão trabalhando com DExS, que é a mais aceita dentre os que estão participando da proposta. Essa diretoria executiva seria, antes de tudo, um órgão estratégico ligado ao Gabinete do Reitor, sendo responsável por articular, planejar e executar a política de sustentabilidade. Ela precisa integrar ensino, pesquisa, extensão, governança, gestão e relações institucionais e interinstitucionais. E ela precisa, dada a natureza da atividade, ser uma estrutura transversal para o enfrentamento da emergência

climática e das questões ambientais de maneira geral. A ideia fundamental é que tenham uma atuação baseada na busca de soluções a partir da ciência e com o diálogo da comunidade, por conta desse enorme desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão, de forma sistemática. Essas ações estão amplamente distribuídas em termos de áreas e campos de conhecimento. E o desafio é não perder essa *expertise,* precisam de um diálogo com a Universidade para que a *expertise*, a produção científica de fato interfira na gestão da sustentabilidade da Universidade. Para isso, estão pensando em dois campos de diálogo com a diretoria executiva. O primeiro deles é trazer e dar importância às câmaras técnicas que já existem no âmbito da Coordenadoria de Sustentabilidade, compostas por equipes de docentes e pesquisadores de natureza multidisciplinar, divididas por temas estratégicos, alimentando as propostas técnicas que seriam desenvolvidas pela diretoria executiva. E, por outro lado, a criação de um conselho que vem do Comitê Assessor de Sustentabilidade, que se transformaria em um conselho capaz de fazer o diálogo das políticas propostas pela diretoria executiva com os demais órgãos com prerrogativa ambiental dentro da Universidade. As competências da diretoria são: exercer tarefas de gestão integrada à governança de sustentabilidade em todos os seus aspectos; propor, implementar e monitorar planos, políticas, diretrizes e sustentabilidade da Unicamp; planejar, elaborar, acompanhar, avaliar e comunicar ações de planejamento e gestão da Universidade; coordenar as atividades relacionadas à gestão de resíduos e suas licenças; colaborar com a Depi na revisão do Plano Diretor Territorial da Unicamp, assegurando sua conformidade com os princípios da sustentabilidade e integração com o Hids Unicamp; promover a sustentabilidade e o enfrentamento às emergências climáticas, orientado pelos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer a atuação interinstitucional da Unicamp com conselhos estaduais, órgãos reguladores, com a ONU e as conferências da parte para mudanças climáticas. Essa relação hoje é encabeçada pelo Gabinete do Reitor, mas ela não tem uma centralidade e uma política direcionada a ela. Além disso, contribuir para o alinhamento das ações da Unicamp aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e as metas de contribuição nacionalmente determinadas pela parte brasileira nas conferências das partes. É importante lembrar que nas universidades as ODSs precisam ser diretrizes de atuação, mas também precisam ser planos, tema e reflexão. Então, essa dualidade precisa ser bem trabalhada dentro do âmbito da diretoria. Os impactos esperados são: superação da fragmentação institucional, dentro de uma política institucional direcionada pela Reitoria; integração entre unidades, setores e projetos; fortalecimento da cultura da sustentabilidade e aperfeiçoamento da formação; posicionamento estratégico nacional e internacional consolidado; transformação dos *campi* em laboratórios vivos; e otimização dos recursos públicos. Em relação ao impacto orçamentário, ele foi dividido em duas partes: a etapa 1 é a implantação propriamente dita da diretoria na incorporação de estruturas existentes, como o Hids Unicamp, parte da Coordenadoria de Sustentabilidade e parte da Coordenadoria de Resíduos e Licenças, que viriam da Depi para a Diretoria Executiva de Sustentabilidade, isso já com a anuência do diretor da Depi. A previsão orçamentária adicional e imediata refere-se à criação de uma função gratificada de Diretor Executivo de Sustentabilidade, e os recursos

humanos e custeio serão absorvidos a partir dos orçamentos já vigentes das estruturas incorporadas. Então, ela nasce uma diretoria relativamente barata, porque 70% dela já está criada, já tem dotação orçamentária, e ela parte apenas de um processo de reestruturação e centralização na diretoria. Na etapa 2, caso aprovada a criação pelo Consu, a diretoria executiva apresentará a proposta de certificação e regimento interno no prazo de 90 dias, sujeita à tramitação e à aprovação regular, quando poderão ser revistas as estruturas existentes. Eventuais impactos adicionais serão avaliados e dimensionados conforme o processo de certificação. Apresenta uma sugestão de como seria a estrutura da diretoria executiva; em um primeiro momento, para dar segurança e conforto aos funcionários, pensaram em um modelo de junção apenas dos órgãos que estão separados nas outras diretorias, para em um segundo momento, de forma colaborativa, participativa, com os próprios membros da diretoria, pensar na redefinição dos objetivos e na reorganização do modelo com base na nova certificação. Se essa estrutura se mantiver, terão 70% da diretoria com apenas seis cargos a serem criados. Destaca que os projetos de sustentabilidade realizados na Universidade têm mostrado que os recursos aplicados geram um retorno financeiro pela eficiência e pela mitigação das perdas. Um caso muito bem-sucedido é o projeto *Campus* Sustentável, que gerou uma enorme economia financeira e de recursos energéticos para a Universidade. E no Hids Unicamp, as projeções iniciais, baseadas nas atividades do parque tecnológico, indicam um potencial significativo de captação de recursos para a Universidade. Então, além de ser uma diretoria relativamente barata, ela pode otimizar ações que podem trazer bons recursos, bons fomentos e boas atividades de pesquisa para a Universidade. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO faz sua autodescrição: é um homem negro, de estatura mediana, calvo, os cabelos que restam na lateral da cabeça são brancos, está portando óculos de armação azul e vestindo uma camisa azul e suspensório cinza. Registra seu apoio à criação da diretoria executiva, que possui um grau de transversalidade muito intenso e muito importante para o momento atual que vivem na Universidade e no mundo. Estão na pré-COP 30 e acha que a Universidade está dando um passo importante para a organização dessas atividades. Fica implícito, mas sentiu falta da menção a uma política institucional de sustentabilidade, que pode ser proposta pela diretoria executiva e dê todas as diretrizes que a Universidade pensa sobre o tema. E como é um tema muito transversal e muito atual, considera interessante, no médio prazo, pensar que a diretoria tenha também como tarefa fazer esses encaminhamentos. Parte da premissa que uma diretoria executiva com um programa institucional devidamente aprovado garante a continuidade da proposta e, obviamente, também cristaliza na estrutura da Universidade a ideia da sustentabilidade, que é um conceito extremamente importante. Parabeniza toda a equipe que esteve envolvida na proposta e registra o seu voto favorável à criação da Diretoria Executiva de Sustentabilidade. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR responde que na segunda atribuição da diretoria está contemplada a questão colocada pelo professor Coelho: “Propor, implementar e monitorar planos, políticas e diretrizes de sustentabilidade na Unicamp”. A Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS faz sua autodescrição: é uma mulher branca, de cabelos grisalhos longos e está vestindo uma blusa vinho. Diz que, após a

análise do documento apresentado, identifica questões estruturais que merecem reflexão adicional antes de deliberarem sobre esse item. Conforme cita o relatório do GT, a avaliação institucional 2019-2023 identificou necessidade de maior articulação das iniciativas de sustentabilidade na Unicamp. Contudo, o diagnóstico de desarticulação não prescreve automaticamente centralização administrativa como solução única ou mesmo preferencial. Os pareceristas externos apontaram problemas de coordenação e integração entre estruturas existentes, não de ausência ou insuficiência delas. O problema identificado de articulação entre estruturas aponta para uma política de fortalecimento dos mecanismos de coordenação transversal, exatamente o que o CASusten parece ter sido criado para fazer em agosto de 2024. O GT foi criado em maio de 2025, apenas nove meses depois. Então, pergunta se o CASusten teve tempo hábil para demonstrar efetividade ou ineficácia, se houve avaliação formal e sistemática do seu desempenho, e por que criar aparato paralelo antes de fortalecer o instrumento recém-criado. O documento, embora extenso e bem referenciado, parece ignorar que a solução institucional recém-criada não teve oportunidade de amadurecer. Criar nova estrutura antes de avaliar a atual parece-lhe institucionalmente prematuro. O documento cita literatura relevante para sustentar a necessidade de estruturas formais dedicadas à sustentabilidade. Contudo, deixa questões em aberto. Roosa e Mischen, em 2022, em um estudo com 377 instituições norte-americanas, identificaram que universidades com estruturas organizacionais formais tiveram melhor desempenho em certos *rankings*. Porém, o estudo não diferencia tipos de estruturas formais, nem demonstra que estruturas centralizadas superam descentralizadas. Leal Filho e outros, em 2019, fazem uma análise de 70 instituições sobre escritórios verdes, concluindo que *green offices* são eficazes na promoção de iniciativas de sustentabilidade. Todavia, esses escritórios parecem ter, ou poderiam, estruturas leves, ágeis e participativas, não diretorias executivas burocráticas. Kang e Xu, em um estudo de 17 universidades em seis países, concluem que uma estrutura organizacional robusta contribui crucialmente para o sucesso, mas não fica claro o que robusta significa ou se é equivalente a centralizada e burocrática. Poderia, por exemplo, significar articulação efetiva. Amaral e outros, em 2023, afirmam que a criação de órgão dedicado caracteriza-se como um motor para mudanças, mas também enfatiza que sucesso requer integração, visão estratégica e forte liderança, não necessariamente estrutura burocrática onerosa. O que fica evidente pelos estudos citados é que a literatura sustenta a necessidade de coordenação estratégica e liderança institucional forte, e não de uma estrutura burocrática pesada e centralizada. A Unicamp já dispõe de estruturas formais. O desafio é coordená-las efetivamente. Os casos paradigmáticos apresentados merecem análise mais detalhada, pois revelam um padrão distinto do proposto. Cita um exemplo, a Universidade de Manchester, onde a governança é feita por múltiplos comitês descentralizados. A estrutura é participativa e colegiada, com representantes de diferentes setores; é um exemplo de modelo descentralizado com flexibilidade institucional. De fato, os casos internacionais bem-sucedidos citados no documento demonstram que coordenação estratégica, liderança institucional e estruturas articuladoras leves, não aparatos burocráticos pesados, são determinantes do sucesso. A proposta de criação da diretoria

executiva implica custos operacionais permanentes com impacto perene na folha de pagamento, e que ainda podem transcender os valores inicialmente previstos, porque algumas funções gratificadas apresentadas exigem equipe subordinada. Este comprometimento financeiro perene ocorre precisamente quando a Universidade enfrenta limitações orçamentárias críticas, que recomendam prudência, priorização estratégica e avaliação rigorosa de custo-benefício de novas estruturas permanentes. Considerando os exemplos internacionais citados, parece-lhe que investir em uma coordenação leve e melhoria da articulação pode prescindir de toda essa estrutura burocrática sendo sugerida. Existem outros aspectos políticos importantes. A proposta promove um esvaziamento da Depi, órgão com atuação consolidada em planejamento territorial e gestão sustentável, transferindo coordenadorias já estabelecidas. Este movimento suscita preocupação, pois, em vez de fortalecer organicamente estruturas funcionais existentes, opta-se por fragmentação e criação de novo aparato burocrático. Como explicitado no documento enviado pela Depi, movimento similar já ocorreu recentemente com a transferência do setor de geoprocessamento para a CGU, sugerindo padrão de desmembramento que merece atenção e questionamento quanto à sua adequação institucional. Reconhece plenamente a importância estratégica da sustentabilidade para a Universidade e admira o trabalho dedicado dos colegas que compuseram o GT. A qualidade da documentação e a seriedade do esforço são evidentes e merecem reconhecimento. Contudo, exatamente por tratar-se de tema tão relevante para o futuro institucional, devem assegurar que a resposta seja sólida, com respaldo empírico, especialmente considerando os impactos em folha de pagamento. A proposta tal como apresentada evidencia fragilidades porque propõe um salto estrutural sem base empírica prévia, esvazia estruturas funcionais existentes, diverge dos modelos internacionais citados, que privilegiam coordenação leve sobre burocratização pesada, e impõe um ônus financeiro que lhe parece desproporcional e que é permanente. Sugere que considerem trajetória mais prudente, fortaleçam organicamente a área de sustentabilidade na Depi e outras estruturas existentes, permitindo que resultados práticos orientem decisões estruturais futuras, ainda que em um breve futuro. Essa abordagem seria simultaneamente mais responsável financeiramente, mais alinhada aos modelos internacionais exitosos e mais consistente com os princípios de gestão baseada em evidências. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que a proposta lhe pareceu bastante razoável, ela tem um objetivo muito claro de valorizar a questão da sustentabilidade, que é uma questão cada vez mais premente no mundo. Entende que, se por um lado talvez a centralização de certas práticas possa burocratizar, por outro ela pode dar mais relevância a certas ações que, quando feitas de forma isolada, podem se pulverizar e não conseguir unir forças para que tenham mais êxito. A ideia da centralização pode ganhar força se ela estiver bem respaldada, então lhe parece que o caminho é esse, tentar dar visibilidade a uma área que é cada vez mais premente e que precisa ter essa visibilidade. Claro que a professora Christiane levantou uma questão importante, sobre os custos, que é algo que devem frisar. O professor Donato já tinha colocado, em relação aos cargos, quanto vai onerar, em torno de 30%, já que 70% dos cargos já existem. Acha que é uma preocupação de todos o quanto isso vai aumentar em termos de custo, e observa que na listagem das funções sentiu falta de uma

descrição, até para justificar a questão dos novos cargos que vão ser criados, das atribuições desses novos cargos. Por exemplo, o assessor de gabinete; sabe que as diretorias executivas têm assessor, mas seria interessante ter esses descritivos. E uma sugestão, caso a diretoria seja criada, é colocar a letra "u" no final da sigla, porque entra no sistema silábico da língua, fica mais fácil de pronunciar. Então, DExU, em vez de DExS. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES diz que tem uma série de dúvidas em relação à proposta. Diz que é um pouco reticente em relação a construir estruturas administrativas para sempre, como se fossem sempre detectando que precisam mais e mais de estruturas administrativas. Sempre achou que a Universidade deveria ter uma estrutura administrativa bem enxuta e descentralizada, mas a tendência é ao contrário, é de centralização na Administração Superior. A primeira pergunta que colcoa para o professor Donato é em relação à Cameja: há essa comissão que tenta tratar dessas questões ambientais, sabe que é uma coisa talvez mais específica, mas talvez ela seja um pressuposto fundamental para a discussão sobre sustentabilidade. Então, a questão da mudança climática, da justiça ambiental, isso está sendo discutido por uma comissão que tem 44 membros, pelo que viu na última notícia sobre ela. Ela tem uma coordenação, então pergunta como vai se dar isso. Sabe que existem várias coisas dentro da Universidade, não é só a Cameja, a própria Depi, mas só queria pensar na Cameja por conta dos problemas de concepção mesmo do que é uma diretoria de sustentabilidade, acha que isso seria importante de tematizar. Outra discussão é sobre o próprio conceito de sustentabilidade, que parte de três questões: ambiental, social e econômica, e acha que não vão ficar nessa estrutura. Essa estrutura enxuta que foi apresentada, se pensarem nesses três grandes eixos, vai precisar de mais apoio. Parece que estão centrados um pouco nas funções da Depi, e, em função disso, fizeram uma opção por estruturar a diretoria de sustentabilidade da forma como ela está estruturada. Ficou pensando nessa estruturação, na formação pouco interdisciplinar do GT, e tem muitas dúvidas sobre uma proposta como essa. É uma proposta nova, é importante, sabe que ela vem com as melhores intenções, mas acha que precisariam, de fato, como disse a professora Christiane, pensar em ações que pudessem integrar sem necessariamente construir uma estrutura burocrática. Para fazer política institucional acham que precisa ter diretoria; existe hoje uma política institucional sobre os assuntos, mas não precisa ter uma diretoria. Possuem hoje uma Diretoria Executiva de Direitos Humanos dentro da qual existe a discussão sobre o problema ambiental, sustentabilidade etc. Então, gostaria de ouvir o professor Donato um pouco mais sobre essa proposta. Sua preocupação primeira é essa questão da criação de diretorias o tempo todo vinculadas à Administração Superior. O Conselheiro CÉLIO HIRATUKA diz que já teve a oportunidade de manifestar seu apoio à proposta na COP, e o reforça aqui, pois considera fundamental a criação dessa diretoria. É óbvio que devem se atentar às questões que foram colocadas pelos colegas, mas basicamente não vê uma necessária oposição entre ter uma ação mais coordenada, institucional, e descentralização, com consulta ao conjunto da Universidade, talvez até seja necessário que se faça isso para ter a capacidade de escutar o conjunto das unidades, das várias áreas que estão trabalhando com esse tema, porque esse tema é inescapável, é o tema que decide o futuro. Para além disso, a diretoria também dá respaldo a uma área que

já é muito importante, que define o futuro da Universidade, que é o Hids, integrando-o ao conjunto das ações de futuro. Frente ao que isso representa do ponto de vista de uma ação efetiva para fora da Universidade, no diálogo com diferentes âmbitos de discussão, com a sociedade civil, com o governo, com instituições multilaterais e também com o diálogo para dentro da Universidade, continua com a mesma posição que teve na COP, de achar que esse projeto realmente faz sentido. O trabalho apresentado pelo GT está bem coeso, há ainda questões, uma parte da dotação de recursos depende obviamente da certificação, de uma série de questões que estão colocadas para frente, mas em princípio é muito favorável a essa ideia de coordenação que reforce justamente as diferentes áreas e as diferentes ações que estão sendo feitas nas mais diversas áreas e unidades da Unicamp. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM faz sua autodescrição: é uma mulher branca, de cabelos castanhos claros meio loiros, usa óculos e está vestindo uma blusa bege. Vai se juntar ao que o professor Célio comentou: a proposta apresentada pelo grupo de trabalho está muito boa, ela recupera a avaliação institucional e o planejamento estratégico da Universidade, que está sendo revisto. E nesses dois instrumentos fica bastante evidente que a Universidade decidiu, em particular no planejamento estratégico anterior, colocar de forma central a questão da sustentabilidade. A proposta recupera isso, traz e adensa também o grande projeto da Universidade, no que se refere à expansão, que é o Hids, e lhe parece que, nesse sentido, a proposta vai ao encontro de trazer um esforço maior ao compor na diretoria vários órgãos ou subórgãos que estão espalhados pela Universidade em uma diretoria executiva. As questões de contorno, sobre definição de novos cargos, qual é a atuação do assessor de gabinete, o assessor docente, isso virá depois no processo de certificação. Então, no momento adequado, vão poder ver como está sendo pensada a atuação desses diferentes perfis e áreas que foram apresentadas no organograma. Acha interessante o que a professora Anna Bentes comentou, e aí, claro, não se refere a agora, mas pensar no horizonte de futuro, que quando a Unicamp for uma universidade sustentável, daqui a alguns anos, algumas diretorias, como a própria Diretoria Executiva de Sustentabilidade, não vão fazer mais sentido, assim como outras. Gosta dessa ideia também de pensar que há diretorias que são importantes em um determinado momento justamente para trazer força a diferentes temáticas, como é o caso de direitos humanos, como é o caso de sustentabilidade e outras. Acha também importante, mas obviamente não tem a ver com o assunto agora, pensar que existem diretorias com atuações diferentes. Então, também separar, de repente, algumas diretorias de outras, pensando que algumas têm essa transitoriedade e outras não. Sobre a sigla, diz que particularmente prefere DSusten a DexS. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS faz sua autodescrição: é um homem branco, de 1,90 metro e cabelos pretos. Parabeniza o professor Roberto pela proposta e pela apresentação e diz que sustentabilidade é um assunto importante, mas tem a impressão que a proposta nasce por causa do Hids. Se a Unicamp não tivesse comprado a Fazenda Argentina em algum momento, se não tivesse o Hids, talvez as coisas continuassem nos seus lugares. Sempre que falam de sustentabilidade, o modelo é o Hids, pensando em como vai ser lá, que em 2050 haverá ruas amplas, sem carro e tudo o mais. Acha a proposta muito boa, mas gostaria também que essa diretoria executiva aceitasse o desafio de

implementar essa sustentabilidade nos *campi* atuais. É muito difícil, às vezes, pegar uma coisa que foi construída com uma outra visão de arquitetura, em que a sustentabilidade não era tão pensada, e adaptar essas estruturas para serem sustentáveis, mas um dos desafios para essa diretoria executiva é lembrar que não é somente para o Hids e sim para os *campi*. Uma outra preocupação é a questão das transferências de alguns órgãos da Depi para essa nova diretoria executiva, que tem o aval da Depi, mas que tem efeito na certificação. Não é que estão indo as pessoas e terão que contratar outras pessoas na Depi para fazer outras coisas. Diz isso porque é muito comum, às vezes, a pessoa estar ali em uma coordenação de alguma coisa, ela até atuar naquilo, mas ter várias outras funções ocultas, que não estão na certificação, que ela acaba assumindo porque há poucos funcionários. Então, isso terá um impacto na certificação atual da Depi, algumas caixinhas do seu organograma desaparecerão e aparecerão nessa outra diretoria executiva. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que, como membro da COP, já tirou bastante dúvida sobre o assunto, mas aqui nas conversas e após ouvir os colegas, surgiram mais algumas. A primeira questão seria a ampliação da concepção de sustentabilidade, principalmente porque estão dentro de uma Universidade que apresenta leituras distintas de conceitos tão importantes e relevantes. Então, é necessário ampliar essa concepção de base. A segunda é qual seria, de fato, a necessidade de criar uma diretoria, ou seja, o que não é possível fazer sob o escopo da Depi hoje em dia, o que não está da forma como deveria ser e que implica a necessidade de criar uma nova diretoria, com uma expectativa que ela resolva problemas que estão esperando que sejam resolvidos. Percebe aqui alguns anseios, frente aos quais não pode deixar de se colocar. O assunto da sustentabilidade já tem bastante visibilidade, então pergunta o que mais ganhariam com a criação da diretoria, se desejam passar uma mensagem com um peso maior, então precisam ter uma visão muito mais diversificada do que é sustentabilidade. O Conselheiro NEWTON CESÁRIO FRATESCHI faz sua autodescrição: é um homem branco, de 1,83 metro, cabelos grisalhos, e está vestindo uma camisa xadrez. A dificuldade que possuem é, geralmente, a questão da estrutura que chamam de burocrática, criação de gastos, de cargos e tudo o mais. Não quer entrar nessa parte, porque entende que é uma preocupação que sempre devem ter na condução das coisas da Universidade. Ouvem muito falar de um dos aspectos que são, hoje, determinantes para o desenvolvimento do mundo, que é considerar os impactos socioeconômicos e ambientais, que acha que basicamente são esses três elementos em que se insere a sustentabilidade, então ela é crucial para todas as ações. E pensando nisso do ponto de vista de ecossistemas, veem esse assunto aparecendo com a mistura transversal, de fato, de várias ações, que, em geral, em uma estrutura muito compartimentalizada, é difícil de fazer. Então, vê esse desafio. Por exemplo, foi inaugurado o espaço Techoá, voltado para desenvolvimento, uso de tecnologias digitais para soluções de sustentabilidade. Recentemente, há cerca de duas semanas, houve a aprovação da lei de uso e ocupação do solo da região do Polo de Inovação e Desenvolvimento Sustentável, que dá um caminho para um desenvolvimento que não é simplesmente um parque tecnológico, mas um caminho de se fazer um desenvolvimento que traz junto um planejamento urbano, que é orientado pelo transporte sustentável, pela possibilidade de ter um local de uso misto, em que

terão áreas para moradias com fins sociais, áreas para moradias distintas, e não ficar na tendência que a têm tido de desenvolvimento urbano, de fazer um bando de condomínio horizontal e não se faz mais nada. Então, isso junto com essas ações, pensando em sustentabilidade, é um assunto da cidade, do estado e do país. De fato, a ideia de se criar um distrito de inovação em torno dessa região toda é algo bastante sólido, tangível e está para acontecer. E o maior desafio em todas essas questões é a governança, porque ela envolve atores distintos e precisam propor, então, algo que é cocriação para que haja comprometimento de todos. Essa é uma grande dificuldade. Olhando desse ponto de vista do Hids como um dos elementos dentro dessa área da sustentabilidade, observa que o Hids não é só da Unicamp, a Unicamp é parte do Hids. Logo quando se começou a pensar em Hids, se deram conta de que ele tinha que extrapolar a Universidade. Então, essa governança tem bastante dificuldade, e internamente no começo todo desse trabalho definiram o que fazer no processo de cocriação, o que cada um queria. Em particular, na época, era realmente voltado para a questão do uso do solo, e essa discussão fica muito aberta, muito fragmentada, é muito difícil estabelecer uma governança nessa forma extremamente descentralizada. Entende todos os questionamentos, entende também que uma questão de sustentabilidade, já ligada claramente à inovação, no senso mais geral da palavra, necessita de ações transversais coordenadas. Portanto, precisa de um maestro realmente, não consegue ver como espontaneamente vários pedaços disso conseguem se articular sem ter algo um pouco mais centralizado. Dessa forma, vê com bons olhos que se pense em criar essa ação centralizada, que coordena isso do ponto de vista da Unicamp, lembrando que é este grupo que vai conversar com o resto do ecossistema, porque ninguém é sustentável sozinho. Ressalta esse ponto de vista que afeta um projeto de cidade e um projeto de país, e a necessidade da centralização não é burocrática, é uma centralização para ter um direcionamento, uma coordenação mais alinhada para esse processo de cocriação um pouco mais direcionado. Não é uma centralização burocrática, por questões de poder, por questões de cargo, mas é uma questão de ter uma área que claramente pensa sobre esse assunto e que vai conversar com o espaço fora da Universidade. E concorda também que é uma mostra do interesse da Universidade em participar desse processo, tanto que ela quer criar uma área que se chama diretoria, mas poderia ser outra coisa, centrada nesse processo que é extremamente transversal, tal como inovação. Ele não funciona pendurado em nenhuma das outras áreas. Sua manifestação é de colocar em um contexto um pouco maior do que a própria Unicamp, e por que seria um benefício ter algo estruturado dessa forma. Concorda que precisam avaliar a questão do orçamento, a questão de como se fazer, e que seria bom ter estruturas mais dinâmicas, que pudessem ser reavaliadas e mudadas conforme o tempo, porque elas podem se adequar melhor. O Professor AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA diz que a proposta foi aceita e foi dialogada por várias vezes entre ele, o professor Donato, a equipe. Ela se baseia no que o professor Newton acabou de dizer, é uma coisa dinâmica, uma evolução de um tema tão relevante. Sempre que conversa com o professor Donato sobre esse assunto, diz a ele que a sustentabilidade precisa ter o protagonismo de uma diretoria. Dentro da Depi, a sustentabilidade, resíduos, produtos controlados, hoje têm uma equipe que é sólida, competente,

com atividades muito consolidadas, muito atuantes. Ouviu em um determinado momento das falas que essas pessoas vão sair da Depi e vão para a sustentabilidade, o que confirma, mas a Depi não tem necessidade de ter outras pessoas para fazer isso, porque elas vão para essa nova diretoria e vão ter o protagonismo que merecem. Na questão de evoluir nas questões das diretorias, como o professor Newton disse, o Hids fazia parte da Depi, e hoje tem seu protagonismo. A Coordenadoria de Sustentabilidade está na Depi, ela ganhou corpo, ganhou porte, e chegou o momento de ter o devido protagonismo de um assunto tão importante. Ouviu também em um determinado momento sobre o geoprocessamento, e destaca que ele também ganhou corpo. O entendimento técnico é que o geoprocessamento tem que ficar no órgão central, ele tem que servir a todas as diretorias, todas as unidades e todos os órgãos da Universidade, então ele tem que ser central. Destaca que a Depi não vem passando por um desmonte, é um movimento dinâmico, e ela vai investir agora em planejamento territorial, planejamento urbano, porque os espaços estão diminuindo. Devem apresentar uma proposta em breve para que a Depi passe a ter um novo nome, com dois "P"s, em que ela passaria a ter o planejamento territorial, planejamento urbano e projetos integrados. Ela continua atuando em diversas áreas, em diversos momentos, e receberá provavelmente novas atividades, que vão ter corpo, vão se fortalecer e podem se tornar uma diretoria executiva no futuro. Então, a Depi não vai necessitar de novos investimentos de pessoal, a não ser em outras áreas, mas não de sustentabilidade, então para a Depi também é um momento de melhoria, de avanço, de novos pensamentos, novos projetos e novas atuações. Portanto, a Depi deseja que seja aprovada a Diretoria Executiva de Sustentabilidade, estão de acordo, alinhados, já trataram de assuntos com as pessoas envolvidas e se colocam à disposição para uma transição harmoniosa. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES observa que ter um órgão como esse não garante uma concepção de sustentabilidade dentro da Universidade. A segunda questão é que vão precisar de uma estrutura mais robusta e seria importante assumir isso; o discurso é de que vai ser uma coisa enxuta, mas o discurso não combina muito com a estrutura que existe em outras diretorias que conhece, em que são criados diversos cargos para dar conta das ações necessárias. Não há problema em dizer que essa diretoria vai precisar de outra estrutura administrativa para além dessa, devem assumir isso, é melhor do que falar que não vai custar muito, porque em outras criações isso custou bastante, e vai custar bastante novamente. Quando criam funções administrativas importantes, elas precisam ser remuneradas, valorizadas, portanto preferiria que fizessem um discurso mais consistente em relação a essa questão, e não dissessem que ela não vai custar muito para a Universidade. Ela vai custar mais. O custo tem um retorno simbólico para a Unicamp, um retorno de interesse, de incentivo à pesquisa, ou um retorno de governança, a presença da Universidade na sociedade mais bem articulada, com os órgãos tanto estaduais quanto federais, isso tudo mais articulado, portanto haverá esses ganhos. Mas acha que não é legal fazer o discurso da economia, porque ele não vai ser verdadeiro em pouco tempo, como não foi para outras criações. O Conselheiro FERNANDO SARTI faz sua autodescrição: é um homem branco, alto, de cabelos castanhos claros. Diz que se solidariza com as preocupações das professoras Christiane, Verónica e Anna, e vai refletir um pouco sobre alguns dos

argumentos apresentados por elas. Em momento algum estão falando de uma estrutura burocrática pesada; a COP avaliou e não pareceu a ela que, do ponto de vista financeiro, isso seja um impedimento. Há pelo menos um lado que é consenso, de que sustentabilidade hoje é um tema absolutamente importante, predominante, e que ele tem que ser internalizado e aprofundado na Universidade, até porque ele tem muitos reflexos para fora dela. Hoje há um *ranking* específico sobre sustentabilidade, e há fundos de investimento que, para aportar recursos, exigem um relatório de sustentabilidade. Se possuem alguma pretensão de ocupação do Hids de trazer alguns grandes projetos, grandes investimentos, precisam ter uma política consistente para convencer esses investidores de que a Unicamp tem ações e práticas nesse sentido. A centralização pode ser um problema, mas a descentralização também é; há ações que estão dentro da Cameja, ações relativas a água e esgoto que estão com a prefeitura, há uma política sobre resíduos, o problema do lixo hospitalar, o problema do lixo dos restaurantes universitários. São ações que estão espalhadas pelos órgãos, e ter um planejamento estratégico, ter uma visão institucional sobre todas essas ações é fundamental. Então, da mesma maneira que centralizar pode trazer problemas, a descentralização talvez não seja também o caminho mais eficiente. Do ponto de vista financeiro, relata o caso de um *payback* rápido, que foi o caso das células fotovoltaicas, e também quando colocaram as lâmpadas LED, o que gerou uma economia de energia fantástica. Eficiência energética também está dentro de sustentabilidade, e um órgão que articule todas essas ações é importante. Ele não vai executar todas essas ações, não precisa de uma superestrutura. Dá o exemplo da PRDU, que faz ações importantes e possui apenas 12 funcionários e três excelentes assessores. Precisam de uma linguagem única, institucional, sobre sustentabilidade. O depoimento do professor Augusto foi excelente, no sentido de que não haverá esvaziamento de nenhuma outra ação aqui dentro. O Professor AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA diz que a Depi tem 80 funcionários hoje, é uma superestrutura. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que é importante uma visão política da instituição sobre o tema e, evidentemente, esses órgãos agindo de forma competente. Não vê esse impacto financeiro como um problema para a criação dessa nova diretoria executiva em um tema tão complexo. A Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS diz que pensou bastante sobre esse documento, leu o documento inteiro, e colocou as questões que a preocupavam no início de forma bastante clara. Houve um conjunto de falas em seguida, algumas confundem coisas que falou ou tratam certas palavras, por exemplo, “desarticulação” com “descentralização” como sinônimas e coisas desse tipo. Existe uma decisão política a ser tomada e colocou sua posição política diante dessa realidade. Acha que centralização não é sinônimo de ter uma política de sustentabilidade; nos exemplos citados no documento, a maioria das universidades tem uma postura descentralizada, e descentralizado não é desarticulado. Não concorda com o professor Sarti que a estrutura seja pequena; às folhas 42 do documento consta o organograma, com oito coordenadorias de serviço, três coordenadorias de divisão, vários gestores líderes de processo, vários assessores. Isso é uma estrutura grande. O Conselheiro FERNANDO SARTI observa que o órgão não foi certificado. A Conselheira CHRISTIANE NEME CAMPOS diz que isso é parte da documentação que está recebendo e do projeto que

está sendo apresentado. Então, não pode ignorar o organograma e ressalta que é uma estrutura grande, e após ouvir todos os argumentos, sua postura permanece a mesma: acha que a Diretoria Executiva de Sustentabilidade é prematura diante de ações que foram tomadas e que não tiveram ainda os seus frutos devidamente analisados, mas estão diante de uma decisão política e de uma amarração política que foi feita pela gestão. A Conselheira MARIANA CONCEIÇÃO DA COSTA faz sua autodescrição: é uma mulher branca, de quase 50 anos, usa óculos e está vestindo uma blusa bege com estampa verde e roxa. Diz que, em relação à estrutura, se ela é pesada ou não, se tem mais pessoas ou não, acha que é um ponto que precisam considerar. Desde que assumiu como conselheira aqui, em junho deste ano, escuta o professor Sarti falando que estão com um déficit que está crescendo, que é preocupante a situação, mas vê que em todas as reuniões têm sido aprovadas gratificações e outras coisas que aumentam o gasto, ao passo que não tem aumentado a entrada de receitas. Portanto, acha que também precisam pensar nisso. Outro ponto é que existe uma certa insatisfação dos funcionários pela falta de recurso para a progressão na carreira. Então, se criam uma outra estrutura, com mais algumas gratificações, pergunta como ficaria essa questão. Não é contra a diretoria, nem acha que sustentabilidade não seja um tema importante, muito pelo contrário. Uma outra questão é que existem várias estruturas na Unicamp que já tratam de sustentabilidade e têm feito isso muito bem, apesar da descentralização que foi mencionada na apresentação do professor Roberto, porque a Unicamp é destaque internacional em sustentabilidade. Então, apesar de haver essa descentralização, a Unicamp está bem representada, mas entende a importância da centralização também. Concorda com o que foi falado, que se juntarem tudo em uma coisa só vai ficar melhor, mas pergunta como foi a conversa com essas diferentes estruturas para que elas venham todas juntas na nova diretoria. Pergunta como isso vai funcionar, qual é o plano para realmente isso acontecer; preocupa-se com como as coisas serão feitas, como foi a conversa até agora, como essas diferentes estruturas receberam isso. Porque já ouviu comentários que existem pessoas muito descontentes com a forma como isso está sendo feito. E como vai ser feita, se aprovada a nova diretoria, essa conversa para realmente colocar as pessoas para trabalharem todas juntas. Independentemente de haver uma diretoria ou diferentes órgãos que trabalham com sustentabilidade, se os líderes de cada um realmente quiserem sentar, conversar e fazer as coisas acontecerem, não é preciso ter uma diretoria para isso. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR agradece a todos pelas considerações. Diz que a professora Christiane fez uma leitura muito bem fundamentada do relatório, discutiu a questão conceitual, que é bastante pertinente, observa que existem diferentes formas de articulação da questão da sustentabilidade e acha que elas devem ser pensadas não apenas à luz da literatura, mas como esses problemas recaem de maneira direta, empírica e real dentro da Universidade. Precisam lembrar que possuem dois desafios básicos na área de sustentabilidade, que são gigantescos e que foram impostos pela comunidade universitária, pelo menos em uma discussão dos últimos dez anos. O primeiro é o estabelecimento, a implantação e o desenvolvimento do Hids, tanto naquilo que se refere à Unicamp, ou seja, à implantação de uma área de inovação voltada para a sustentabilidade, que compreende 1,6 milhão de metros quadrados, com desafios de

infraestrutura, logísticos, de mobilidade, de convênio de pesquisa, de atuação com parceiros, com estabelecimento de convênios, com colaboração na área de inovação, na produção de ciência e tecnologia, que é um desafio transversal e que precisa ser pensado com toda a densidade para que ele, de fato, aconteça. Nesse sentido, o Hids Unicamp está agora na sua fase de implantação, e já possuem condições de trabalhar com a infraestrutura e de começar a trabalhar, de fato, com as parcerias que vão prever a ocupação do Hids. Precisam de uma estrutura importante e robusta para fazer esse trabalho, porque senão o Hids não sai do papel. É importante lembrar que o Hids hoje é um programa tocado por um assessor docente do Gabinete do Reitor e que tem o apoio de uma coordenação de implantação que é completamente voluntária. Ela é composta de alguns docentes e alguns servidores técnico-administrativos que dispõem de parte do seu tempo para pensar a implantação do Hids. Precisam agora, nesta fase, da constituição de uma equipe especializada que tenha técnicos que possam estar dedicados *full time* para a construção do Hids, porque senão ele não sai do papel e seus benefícios não poderão ser compreendidos em um curto espaço de tempo, se não tiverem esse foco e essa energia para ser voltada para ele. Acha que uma segunda questão que é bastante importante também é que aquilo que o professor Ricardo colocou, e ele é uma voz bastante ativa nisso, é que possuem desafios também de infraestrutura, desafios logísticos, desafios de mobilidade, desafios de formação, desafios de pesquisa que compreendem a questão de sustentabilidade e que a atravessam, também nas áreas convencionais, nos *campi* da Universidade. Esse desafio é não apenas pensar em uma transição ecológica para os *campi*, mas também articulá-los e colocá-los de maneira mais equânime aos desafios que são colocados para o Hids. O tamanho da atuação na questão da sustentabilidade talvez não tenha paralelo em outras universidades, neste momento, por conta daquilo que a Unicamp precisa fazer, principalmente em relação ao Hids, e os desafios que ela possui. Há um terceiro fator que é bastante importante e que vai demandar cada vez mais energia, que é o enfrentamento às emergências climáticas. Precisam de uma resposta institucional clara e bem elaborada às vulnerabilidades que a Universidade tem enquanto espaço físico, enquanto urbanização, enquanto apoio aos alunos, enquanto atividade de formação voltada para as mudanças climáticas. Então, do ponto de vista do conceito, do desafio e da necessidade de estrutura para fazer isso, acha que a diretoria executiva tem uma boa justificativa para existir. Podem pensar a questão da robustez da infraestrutura por várias perspectivas, uma delas é pensar que essa estrutura é muito leve para o tamanho do desafio que possuem na construção dos objetivos de sustentabilidade que a própria Universidade colocou para si. A professora Anna Bentes colocou a questão do conceito. Uma Diretoria Executiva de Sustentabilidade dentro de uma universidade não pode ser dona de um conceito, ainda mais um conceito tão fluido, polissêmico, que tem diversas perspectivas de adoção, que tem diversas fundamentações teóricas e que traz a Universidade para um debate que não se fecha, um debate que se renova a todo momento. Dessa forma, não querem formular um conceito de sustentabilidade; querem, através das câmaras técnicas, com a participação dos docentes que são *experts* no assunto, construir projetos a partir de diferentes matrizes de sustentabilidade que estabeleçam as políticas que possam fomentar as políticas que vão ser criadas dentro da

diretoria. A CaSusten é a Comissão Assessora de Sustentabilidade, que tem o objetivo de dar diretrizes para que o Reitor tome decisões, e a diretoria teria a responsabilidade de pegar a questão da sustentabilidade, formular junto à comunidade e trazer respostas que sejam estratégicas, táticas e operacionais, em diferentes níveis. Então, a CaSusten é uma estrutura muito tímida para o tamanho do desafio que possuem, e uma coisa não substitui a outra. Tanto que ela está orientada para conversão a uma espécie de conselho no qual os órgãos do interior da Universidade terão voz e poderão atuar junto das políticas de sustentabilidade. O professor Petrilson falou da melhor justificativa dos cargos, o que considera uma preocupação bastante importante. Precisam de uma infraestrutura orientada para o Hids, o que inclui um assessor docente exclusivamente pensando o Hids, e precisam de um assessor docente que possa trabalhar com a questão da gestão ambiental do *campus* e com a atuação interinstitucional. Essas duas questões demandam uma atuação muito forte e são necessários esses dois assessores para que consigam atravessar as questões de uma maneira muito dedicada por parte desses docentes. Com relação à Cameja, informa que a atual coordenação da comissão pretende continuar na Diretoria Executiva de Direitos Humanos, e oberva que, como Comissão Assessora de Mudança Climática e Justiça Ambiental, a Cameja não compreende ações de infraestrutura, de mobilidade, ela não trabalha com a questão da inovação, que são questões que, junto com justiça ambiental e mudanças climáticas, atravessam a perspectiva de sustentabilidade. A terceira questão é que a Cameja precisa ser uma espécie de caixa de ressonância da comunidade que pode e vai endereçar questões para a diretoria, mas que precisa ter autonomia para poder refletir, discutir criticamente, se for necessário, e trazer as questões para a diretoria. É bastante importante afirmar que a Cameja estará no conselho que vai ser criado, ela já está no CaSusten, e ela estará no conselho que vai ser criado para a formulação das políticas transversais. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES pergunta se elas não estão previstas na estrutura organizacional. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR responde que a proposta de certificação já contempla isso. Respondendo ao professor Ricardo, diz que a questão da equalização das ações é uma preocupação e é um conceito fundante da própria diretoria executiva. Precisam trabalhar com isso, porque é uma demanda da Universidade prevista dentro do programa de ações. A professora Verónica perguntou sobre o conceito de sustentabilidade, que espera já ter respondido, e por que, de fato, é necessário criar a diretoria, e acha que pela robustez dos desafios. Sobre a perspectiva de *payback*, não consegue precisar, não fizeram um estudo técnico desse *payback*, mas tem dois dados importantes para colocar: o primeiro projeto a ser implantado no Hids é a construção de uma usina agrovoltaica que tenha a possibilidade de obter 1 Giga de energia, o que significa que terão a capacidade de dobrar a captação de energia por atividade fotovoltaica. Isso pode elevar a autonomia de energia a 30% em relação aos 16 atuais. Atualmente, possuem uma economia anual por conta da usina fotovoltaica de R$15 milhões para os cofres da Universidade. Talvez possam chegar, em um curto espaço de tempo, a uma economia de R$30 milhões anuais com energia por conta dessa usina fotovoltaica. E no âmbito do Hids, fizeram uma projeção de que se utilizarem um terço da área do Hids para atividades de inovação, parecidas com as atividades

do parque tecnológico atual, teriam os seguintes números: se usarem 113 mil metros quadrados para *startups*, convênio com empresas, estabelecimento de empresas de tecnologia, teriam cinco mil postos de trabalho criados na área, mais ou menos R$1 bilhão de faturamento das empresas que estivessem em colaboração com a Universidade, além de R$95 milhões de faturamento anual com locação de espaços. Seria possível, com base nos números do Parque Tecnológico, captar R$483 milhões anuais com fomento e investimentos de empresas e teriam R$49 milhões de convênios de P&D por ano. Isso para uma das atividades do Hids, que é a cooperação com empresas, e haveria a possibilidade de gerar financiamento para ações de projetos que não têm essa capacidade de financiamento, como a área de justiça ambiental, de direitos humanos, de sustentabilidade para a agricultura familiar, agroecologia e outros projetos. Então, a perspectiva de retorno financeiro da criação da diretoria de aceleração do Hids e de otimização dos recursos é bastante grande. E ela, talvez, justifique a existência da diretoria e de um corpo que possa ser robusto, do ponto de vista do orçamento, mas que não será do ponto de vista dos desafios que serão colocados para essa estrutura. Sobre a conversa com as estruturas, como perguntou a professora Mariana, diz que isso vem se desenvolvendo; lógico que há uma proposta de infraestrutura que saiu do GT, o GT foi criado para isso, mas já vêm desenvolvendo uma série de reuniões com o corpo técnico que compõe essas estruturas para afinamento das ações e para a realização do processo de transferência. Já fizeram três reuniões e o combinado é que, após a criação da diretoria executiva, criem uma série de *workshops* para que o grupo que participa da diretoria possa intervir desde a criação da ação, missão, valores, até a reorganização da infraestrutura. Portanto, estão fazendo isso de maneira dialogada e participativa com os principais envolvidos O MAGNÍFICO REITOR saúda o relatório e também os argumentos aqui colocados. Essas câmaras existem para isso mesmo, para que façam o debate, produzam informações, porque o que querem é aperfeiçoar os projetos, os órgãos. Saúda algumas coisas que leu que no relatório do GT que são argumentos que gostaria de dizer para esta Casa. O grupo coloca que "esse diagnóstico reforça a necessidade de revermos a atual estrutura de governança da sustentabilidade na Unicamp. Embora existam esforços relevantes, e não queremos perder nenhum, conduzidos por diferentes setores, a ausência de centralidade da sustentabilidade na estrutura institucional limita sua efetividade". Esse é um ponto importante, porque o relatório ainda coloca que, "apesar de constar como um dos objetivos estratégicos da Universidade, estar explicitamente relacionado a valores institucionais, como missão, visão e valores, ainda não ocupa uma posição de destaque na governança". Portanto, precisam criar uma estrutura de governança com a perspectiva de que ela não se transforme em uma estrutura engessada, que ela seja uma estrutura viável. Estão construindo a ideia de uma estrutura que está aqui e que foi criada para ajudar a parte executiva da Universidade, aproveitando já algumas coisas que estavam postas e algumas outras que estão buscando aperfeiçoar. Desde o dia que em que compraram a Fazenda Argentina, em 24 de março de 2014, ainda estão discutindo o que fazer com ela, o que não acha ruim. Quando falam no Hids, as pessoas pensam o mundo para o lado de lá da grade, mas precisam fazer com que o Hids venha para o lado de cá. Por exemplo, hoje, para chegar e sair da Universidade nos horários

de pico, possuem dificuldade, o que é um sinal evidente de que o projeto de mobilidade na Universidade precisa ser refeito. Viu essa semana a professora Milena e duas alunas no portal da Unicamp com um estudo como esse, o que significa dizer que há de fato muitas coisas acontecendo. Diz ao professor Newton que quando veem a votação do Pids, sabem que aquilo é influência do que aconteceu aqui dentro; influenciam de dentro para fora e também de fora para dentro. Portanto, há uma responsabilidade muito grande de fazer isso. E não podem esquecer de Limeira e Piracicaba; se querem fazer *campi* multicêntricos, precisam pensar o que fazer. Essas questões de natureza operacional são muito importantes. Concorda com a professora Anna que órgãos não garantem políticas, mas também sem eles não existem grandes garantias. Tanto que há órgãos centralizados de pesquisa, de ensino, de pós-graduação, que dirigem os conceitos centrais. Observa que quando olham os grandes centros de pesquisa que estão surgindo, eles surgem fora das unidades de ensino; as pessoas agendam reunião com a Reitoria e falam que arrumaram R$50 milhões de pesquisa, precisam de pessoal, precisam de estrutura física, como é o caso dos grandes projetos Finep, grandes projetos com entidades privadas, com a Fapesp e outros. Existe hoje um desafio que anda fora das unidades, pois os pesquisadores têm um nível de maturidade, eles se agrupam em especialidades, vão a campo e resolvem criar uma estrutura com financiamento de alta performance. É um outro grande desafio que possuem na Universidade, pois não há lugar na Universidade onde colocar todos esses grandes projetos. O Hids é um desses locais, onde precisam pensar uma estrutura que seja capaz de responder a isso. Ainda não há absolutamente nada planejado em relação a isso, precisam se preparar, pois recebe essas pessoas todos os dias. Devem tentar buscar soluções de natureza objetiva, institucionalmente sólidas, que não construam mais estruturas, mas em algumas delas não há absolutamente nada. Tende a achar que, ao criar uma estrutura dessa centralizada, podem facilitar fluxos e caminhos de pesquisadores que trabalham nessa área. A característica da Universidade nunca será de tolher quem já faz isso, como pesquisa, como ensino. Os argumentos aqui colocados são todos muito consistentes, mas precisam tomar algumas decisões, e o encaminhamento foi na direção de se apropriarem de algumas áreas que estavam meio desconectadas em alguns locais, para tentar agrupar, aglutinar e dar condições de terem um projeto mais robusto nessa área. Porque, como é mencionado no próprio relatório, não querem só fortalecer os órgãos existentes relacionados ao tema, mas também propor caminhos que assegurem recursos, articulação intersetorial e capacidade decisória para avanço de políticas institucionais, no caso aqui dessa área de sustentabilidade. Então foi um pouco desse raciocínio que os levou a fazer essa proposta. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 18 votos favoráveis, 01 voto contrário e 03 abstenções. Passa ao item 02 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-24977/2022 –, que trata da solicitação de recursos orçamentários adicionais, no montante de R$1.429.005,39, para atender às despesas com a operacionalização logística do Almoxarifado Central e dos almoxarifados do HC, FOP, IQ, Caism e Hemocentro nos meses de outubro a dezembro de 2025. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que fizeram uma parceria importante para a questão do almoxarifado, além disso a Universidade tem feito um esforço

brutal de internalização da nova lei de licitação. Fizeram muitas horas de treinamento, acha que têm avançado muito, aprenderam a importância de planejar as compras; apesar disso, tiveram ainda um volume de compras emergenciais acima do que seria o ideal e que certamente reduzirão lá na frente. Ao fazer compras emergenciais, como elas não podem se repetir constantemente, o que acontece é que são comprados volumes maiores. Com isso, aumentam o estoque, e no contrato a gestão do estoque é o item que mais pesa. Então, fizeram dois movimentos que do ponto de vista financeiro têm impactos negativos: compras emergenciais que custam mais caro e ao mesmo tempo ampliam demais o estoque, o que fez com que o contrato de gestão do almoxarifado também ficasse mais caro. Obviamente que isso está sendo arrumado, mas o que está sendo solicitado aqui é recurso para suprir exatamente o aumento no contrato do almoxarifado por conta desse fator que acabou de mencionar. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que, no final de dezembro de 2023, essa nova forma de contratação do almoxarifado foi aprovada pelo Conselho Universitário, mas a licitação só terminou no final de 2024. Em 2025, a Universidade vem gradualmente entrando nesse contrato e agora estão começando a refletir o valor de um contrato cheio, que na verdade hoje já está bem acima do que era estipulado. O novo contrato tem três variáveis que compõem o custo: o volume estocado em metros cúbicos, seguro e unitarização dos itens lá dentro. Essa parte de seguro e unitarização tem o menor custo, o volume é um pouco acima de 95%. Como o professor Fernando falou, a Universidade ainda não está com suas compras no ritmo normal, ela está fazendo uso de muitos contratos emergenciais, que são mais caras. No final de 2023, estimaram um contrato com valor mensal de R$3,6 milhões, que na licitação ficou em R$3,479 milhões, e o que verificam é que ainda estão em um aumento crescente dos pedidos, segundo o almoxarifado. Em dezembro, a projeção é de quase R$4,9 milhões, portanto estão subindo mais de R$1 milhão no custo desse contrato mensal. A Aeplan recebeu um pedido de suplementação para o final do exercício de R$4,5 milhões, mas como esse contrato veio de forma gradual já existe um saldo, portanto a suplementação seria de R$1,4 milhão para o final desse exercício. Há uma preocupação porque, uma vez que essa situação se mantenha nesse nível, estão falando de um aumento do déficit de R$13 milhões já para o próximo exercício. Portanto, é uma coisa que está impactando fortemente o orçamento da Universidade. O senhor SÉRGIO ALVES DOS SANTOS diz que, embora de fato haja esse aumento, ele é um contrato de custo variável, e portanto pode, naturalmente, ter uma redução nos próximos meses, à medida em que forem normalizando esse estoque. Já estão com algumas ações para reduzir drasticamente essas compras emergenciais, com implementação de mais registros de preços, e acha que a tendência é normalizar. Não sabe estimar ainda quanto, mas deve cair esse valor, que aumenta agora porque em dezembro se faz o estoque de segurança dos almoxarifados por conta do encerramento do exercício. A Doutora ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que o HC é o principal utilizador desse almoxarifado, então acha que tem a obrigação de dar algumas justificativas. A mudança no almoxarifado foi solicitada pelo próprio Ministério Público, e ele veio com a funcionalidade de rastrear os insumos e as medicações e assim otimizar e até mesmo melhorar a qualidade do atendimento ao paciente. Essa empresa ainda está no início, estão começando a usar isso nas UTIs, mas já

estão conseguindo fazer a rastreabilidade, para evitar desvios, perdas, para evitar que sejam medicações e insumos vencidos, portanto estão otimizando isso de diversas formas. Em relação às compras emergenciais, elas ainda estão refletindo o problema que tiveram com a mudança da lei da licitação. Além disso, vinham já com problemas de comunicação entre os locais, que agora têm que ser unificados, e isso está se resolvendo. Através da DS, que inclui Caism, Gastrocentro e o Hemocentro, estão conseguindo mapear e ajudando também a DGA a mapear onde estão os processos. Também acionaram a PG, que tem feito rápido o processo, e pode trazer na próxima CAD ou no próximo Consu a informação de onde cada um dos processos está, para evitar exatamente as compras emergenciais. Dividiram em dois grupos: o grupo para apagar o incêndio, que são as compras emergenciais, e o grupo do planejamento. Isso, aos poucos, está acontecendo. Sobre o SUS Paulista, informa que as parcelas não estão vindo, e estavam contando com elas. No final do ano, a área da Saúde tem que estocar itens, porque as empresas fecham em dezembro e janeiro e voltam só em fevereiro. Portanto, se não aumentarem o estoque, que antes ficava nos corredores do Hospital, sofrerão desassistência em janeiro e fevereiro. O aumento do estoque neste momento é para impedir que isso ocorra. E em relação às compras emergenciais, estão com um programa forte e diligente para que isso diminua ano que vem. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que a bancada foi contrária à terceirização dos restaurantes desde o seu início, inclusive elaborou uma proposta alternativa de criação de cargos. Levaram para a Alesp, quando foi votada a lei de cargos da Unicamp, apresentaram 700 novos cargos no nível fundamental. Mas não houve acordo com a Reitoria e perderam na votação da Alesp. A Unicamp, com a terceirização, está criando subemprego; o setor de serviços na cidade de Campinas paga, em média, R$5.902,00, segundo a Fundação Seade, e a empresa Soluções pagava R$1.800. Isso significa que a Universidade está criando emprego com salário menor do que a média da cidade, ajudando a piorar a situação dos trabalhadores aqui na região de Campinas. O professor Antonio Meirelles, Reitor na época em que se terceirizou esse serviço, é pós-doutorado em Economia e criava subemprego, pagando R$1.800, um valor que não permite que a pessoa gaste para girar a economia, indo contra, inclusive, a lógica do capital. E no almoxarifado é a mesma coisa: essa empresa paga salários ínfimos, era feito antes por funcionários da Unicamp e Funcamp e agora terceirizou toda essa área. O próximo passo é terceirizar toda a área de Saúde com autarquização, criando subemprego também. Vão contratar técnicos de enfermagem e enfermeiros pela metade do valor que a Unicamp paga hoje, e contratar tudo via Fascamp. Considera um crime o que a Universidade tem feito com os empregos na região de Campinas, porque reduz a média da cidade, que é elevada em comparação com as terceirizadas aqui da Universidade. Economia boa é economia que paga bom salário, em que a pessoa tem como consumir no mercado, no comércio. No entanto, os docentes que estão propondo a terceirização e os economistas aqui da Universidade não pensam assim. Além disso, paga-se hoje mais para a empresa do almoxarifado guardar os itens do que o valor que está estocado. Custa mais caro pagar a empresa do que o que tem estocado lá, portanto parece estar aumentando o custo da Universidade esse tipo de contrato. A terceirização piora o serviço para a população, piora o serviço dos

trabalhadores; acompanham a limpeza, a vigilância, os casos que aparecem no sindicato. Acompanhou o caso de um ascensorista do HC que ficou quatro meses sem receber, ganhou na justiça, a empresa sumiu, o trabalhador não recebeu, e o juiz ainda não considerou a Unicamp como solidária. Precisam discutir se é isso o que querem para a Universidade. Pessaolmente, praticou a desterceirização por onde passou: quando começou na Secretaria de Recursos Humanos de Campinas, eram 15 mil empregos de concursados e quando saiu eram 17 mil concursados. Em Várzea Paulista foi a mesma coisa, destercerizaram, porque fazer concurso público é legal. Acha um absurdo criar subemprego e deixar para trás essas pessoas que não têm dinheiro para morar, para comer e estão correndo para tentar se virar aqui. Elas estão à volta de todos, mas são invisíveis para muitos. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM solicita confirmação se o contrato de almoxarifado, por trimestre, custa à Universidade R$14 milhões. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que mais ou menos isso; a informação é que a fatura de setembro foi de R$4,465 milhões. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM diz que então gastam por ano, neste contrato, algo em torno de R$50 milhões. Pergunta se é um valor que a Univerisdade já vem praticando há bastante tempo, se está dentro de um patamar aceitável para fazer todo o processo de logística. Achou caro para um contrato para fazer processo de armazenamento e logística, mas não tem noção de valores. Pelo que a professora Elaine comentou, essa suplementação é porque houve um aumento da necessidade de fazer esse estoque, tendo em vista a nova lei de licitações, a necessidade de recorrer a processos mais emergenciais e tudo o mais. Sugere que, sempre que houver o pedido de suplementação, e já souberem qual é o diagnóstico, onde têm que atuar, que venha também um plano de ação, com um cronograma de como fazem uma revisão. Recebem sistematicamente pedidos de suplementação, com justificativas distintas, são temas distintos, mas neste caso em particular, e em outro que viu não faz muito tempo, já existe clareza de onde estão alguns problemas e potenciais ações de mitigação, mas nunca aparece no pedido de suplementação como vão trabalhar isso, seja na DGA, seja na área da Saúde, ou exatamente criando estoque junto ao Almoxarifado Central. O Professor FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR esclarece que esse contrato foi feito com base nos dados da antiga empresa que fazia o almoxarifado desses setores, que era a Funcamp. Como a doutora Elaine bem falou, nem tudo o que estava no estoque da Funcamp era o que estava no estoque do Hospital, havia muita coisa que deveria estar guardada em almoxarifado que ficava em corredores, em salas específicas, e não armazenado de maneira adequada. No final de 2023, havia R$31 milhões em termos de valor de estoque, e essa foi a base para ser feito o cálculo para o novo contrato de almoxarifado. Em setembro de 2025, estão com uma base de R$61 milhões, ou seja, o dobro daquilo que foi previsto no início do contrato. Era previsível que algum aumento fosse ter, ainda mais quando estão falando de tentar nivelar e equilibrar as compras feitas para a área da Saúde, em especial para o HC e Caism, que são os grandes demandadores de compra e valores grandes também. Enquanto não houver um equilíbrio, essa conta vai flutuar, porque há momentos em que conseguem comprar mais, uma compra emergencial, o estoque sobe, ou final de ano sobe, depois esse estoque vai sendo utilizado e esse valor vai descendo, vão pagar menos por mês. A

respeito de atitudes, a própria DGA, que é o órgão que fiscaliza o contrato, já foi no mês de setembro visitar os estoques. Hoje há dois centros de distribuição em Guarulhos só para estocar esses materiais, são dois galpões enormes, a DGA ficou com alguns funcionários três dias visitando esses galpões. Na semana que vem, vão novamente fazer essa visita para verificar o que está sendo estocado, qual a quantidade estocada, até para poder fazer um ajuste nas compras, evitar compras de material que já está estocado. Embora possuam esses dados, é sempre bom ir lá conferir e fazer um ajuste nas compras. Então isso também está sendo feito, é uma ação, conforme o senhor Sérgio já destacou, que tende a equilibrar esse estoque, talvez até diminuí-lo. Foi falado de salário de servidores, e passa alguns números para terem uma ideia de quantos funcionários hoje essa empresa disponibiliza em cada setor que está no contrato: para o Almoxarifado Central, 34 funcionários; para o Almoxarifado do Caism, 47 funcionários; HC, 159 funcionários; Hemocentro, 12 funcionários; Instituto de Química, três funcionários; FOP, 10 funcionários, e Central de Armazenamento de Inflamáveis, quatro funcionários, mais 18 funcionários que ficam nesses galpões em Guarulhos. O total de funcionários que são utilizados pela empresa somente para o contrato da Unicamp é de 287. O estoque que fica aqui em Campinas é um estoque para uma semana, o estoque principal está em Guarulhos. Então, para haver esse equilíbrio, à medida que vai sendo utilizado o estoque aqui, ele tem que ser reposto, ou seja, tem que ser feito um transporte de Guarulhos até aqui. A empresa conta com seis ou sete caminhões refrigerados, que fazem esse transporte quase que diário para todos esses setores, principalmente Campinas, mas também vai um caminhão às vezes para Piracicaba. Então tudo isso gera um valor. É um contrato que foi licitado em setembro do ano passado, está em fase de revisão, e foi o menor preço possível. Quando se fala em valor, se é justo ou não é justo o valor total do contrato, observa que é a demanda do mercado, aquilo que as empresas que entram em uma licitação oferecem. Estão enfrentando um problema sério na questão dos refeitórios; o preço subiu bastante, a licitação falhou, então vai chegar um momento em que vão discutir alimentação aqui também. E lógico que há também as características do que é pedido para a Unicamp, então isso também tem que ser levado em consideração, que pode aumentar ou diminuir o valor do contrato. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que era membro da COP quando foi apresentada a proposta, no final de 2023, de terceirização dos almoxarifados. Quando viram os valores na COP, todos ficaram muito assustados com a diferença do que era realizado com o almoxarifado sendo administrado pela Funcamp. Saíram de R$5 milhões por ano de gasto de almoxarifado para algo previsto em R$40 milhões por ano, e agora já está perto de R$60 milhões por ano. Lembra toda a discussão de por que fizeram isso, e que inclusive essas coisas de terceirizar a atividade-meio têm vindo muito do Tribunal de Contas e do Ministério Público, que possuem foco na melhoria de transparência pelo bem do serviço público. Entende que esses órgãos fazem isso com a melhor boa vontade, mas em quase todos os casos isso implica gastos muito mais altos para a Universidade. A sugestão que sempre dá, mas que sabe o quão difícil é de realizar, é fazer um trabalho de aproximação com esses órgãos, para explicar que, ao obedeceram à recomendação desses órgãos, o custo aumentou muito e o atendimento piorou, acha que os diretores de

unidades concordam com ele. Ficam reféns da empresa, não têm opção, precisam aprovar essa complementação para o almoxarifado funcionar, com risco de ter que comprar coisas usando adiantamento, usando dispensa de licitação, em quantidades menores e muito mais caro, para as próprias unidades administrarem. Mas precisam começar a fiscalizar melhor esses contratos; o Imecc, por exemplo, faz um uso muito simplório do almoxarifado, pois não possuem reagente químico, nem coisas para fazer experimento, e não tem conseguido ser atendido em termos de papel, sulfite, giz. Tiveram que comprar giz por adiantamento já duas vezes este ano, porque o estoque acaba, a empresa não avisa para a Unicamp, então demora para a Unicamp comprar. A DGA tem feito um trabalho muito bom nesse sentido, mas falta a empresa avisar que o estoque acabou. E mesmo nos itens que solicitam e chegam no ponto de distribuição, tem havido um problema com a transparência disso, no sentido de que é muito difícil acompanhar o valor. Só vão saber quanto gastaram com pincel, papel toalha, essas coisas, três, quatro meses depois, então perdem um pouco a previsão. Está ficando cada vez mais caro, mas o atendimento não é bom e o contrato já tem mais que um ano. Já fez várias reclamações, então precisam ficar mais de olho nesse contrato para melhorar um pouco a qualidade do serviço. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que o Hospital não tem essa visão de que piorou, muito pelo contrário. Foi dito que existia uma previsão de R$30 milhões e essa realidade foi para R$60 milhões, o que significa que quem deu o valor de R$30 milhões estava errado. Houve várias situações em que achavam que tinham determinado insumo e não tinham, e é uma das razões pelas quais também tiveram que fazer compras emergenciais. A empresa que foi licitada veio com boas recomendações, tem uma experiência boa em grandes hospitais, ela está em fase de adaptação, e muitos funcionários do RH do Hospital, via Funcamp, foram absorvidos por essa empresa sem nenhum tipo de dificuldade. Eles até quiseram que isso acontecesse para tornar tudo mais fácil para eles. Respondendo ao questionamento se eles só fazem a logística, diz que dentro do Hospital, por exemplo, solicitaram que houvesse alguns pontos onde são feitas as entregas, que são as estações. Estação da psiquiatria, estação da gastroclínica e gastrocirurgia, estação da neurologia e da neurocirurgia, para ter uma rastreabibilidade melhor, para ter um acesso melhor e para ter um atendimento melhor para o paciente. Isso tudo com uma finalidade de tanto levar uma atividade-fim melhor, como também diminuir gasto, diminuir perda, que era algo que tinham de forma substancial. Qualquer um poderia ir no Hospital e ver que havia estoques nas salas, controlados pelo próprio pessoal que lá trabalhava. A Funcamp não tinha essa visão, então essa discrepância que faz com que pensem que essa empresa está gastando muito mais na verdade ocorre porque ela está fazendo as coisas de acordo com números que a DGA está conferindo. Como foi dito aqui, a DGA está indo pela terceira ou quarta vez rever se isso está batendo com a realidade. O que é de maior peso, o que é de maior monta, fica em Guarulhos; o que utilizam mais fica aqui. Eles têm toda uma logística que conversa com o sistema do Hospital, AGHUSE, para também fazer com que, junto com o planejamento, aquilo que é utilizado seja reposto com a maior celeridade possível junto à DGA. Então, ela não só faz um carregamento e entrega de itens, ela também ajuda no sentido de organizar uma unidade que é uma das maiores, se não a maior, dentro da Universidade. O Professor FLÁVIO

HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que o professor Ricardo tem razão; havia um conflito entre o sistema que essa empresa tinha e o sistema da Unicamp, e isso está em fase final de ajuste. Observa que, no contrato anterior, no Caism e no IQ não havia funcionários do almoxarifado trabalhando, eram funcionários da própria unidade. E os contratos da antiga empresa eram cinco dias por semana, esses almoxarifados funcionavam das 8h30 às 17h30, e no Caism e no HC isso já mudou. Aumentaram o número de funcionários, os almoxarifados funcionam todos os dias da semana, inclusive no final de semana, 20 horas por dia, e não mais oito. Isso aumenta muito a operação dentro dos dois hospitais, logicamente encarece, porque precisam de mais pessoas, mas as pessoas estão trabalhando em turno justamente para evitar esse problema de, no meio da madrugada, faltar um material e não ter o almoxarifado aberto para poder suprir. O senhor SÉRGIO ALVES DOS SANTOS diz que o escopo é muito diferente, não podem comparar o escopo da contratação anterior com o atual. Se a Unicamp não tivesse feito essa contratação, ela precisaria, por exemplo, construir algum outro local para estoque. Não tinha mais como comportar, como a doutora Elaine já comentou, o material ficava nos corredores, já foram acionados pelo Tribunal de Contas várias vezes por essa irregularidade. Fora os riscos, até por questão de incêndio. Ocupam no local da empresa um espaço que não possuem na Universidade. A empresa está construindo, dentro do Almoxarifado Central, um equipamento para fazer toda a unitarização dos medicamentos, para depois dispensar isso diretamente nas farmácias. A área hospitalar é muito complexa, ela tem farmácia, tem os hospitais gerais, os químicos, os consignados, então ele é complexo e custa caro, infelizmente. Se não fosse por investimento, via terceirização, a Universidade teria que investir por meios próprios. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz, respondendo à professora Milena, sobre planejamento, ações, que receberam a informação desse volume muito acima em torno de 10 dias antes da COP, então não tinham nem possibilidade de fazer todas as conversas com a DEA, com a DGA, para pensar no que já está sendo feito. O senhor Sérgio trouxe aqui informações relevantes, explicando que o contrato que possuem hoje é muito diferente do anterior. Em relação a ações para o futuro, acha que o professor Flávio já falou de tudo o que está sendo feito, em termos de controle. Esse é o primeiro ano, estão entrando nesse contrato, entendendo o que é esse contrato. Ano que vem, após as ações que o professor Flávio já mencionou, talvez seja época de revisar esse contrato, ou pelo menos ter informações se ele está sendo benéfico ou não à Universidade. Já começaram, em uma iniciativa da PRDU, DEA e Aeplan, a olhar alguns contratos, pensando nesse planejamento e nas ações futuras. O que ocorre hoje é que os contratos só vão ser revistos após cinco anos, na época da renovação, e estão tentando fazer um acompanhamento maior, para analisar as possíveis correções. No caso do almoxarifado, contrataram um serviço muito diferente do que a Universidade tinha, e devem se perguntar se realmente precisam de todo esse serviço, ou será que esse serviço tem que ser revisto na forma de fazer ou na quantidade. Estão começando a fazer essa análise para já ir propondo as alterações, e assim a DEA pode ter um parâmetro melhor do que está acontecendo, quais são os benefícios e propor alguma mudança pensando no futuro. Hoje, precisam mesmo contratar esse espaço e é um gasto a mais que a Universidade está tendo que absorver. Não

havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 17 votos favoráveis e 03 contrários. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente do seguinte assunto: I - A - Designação de Gratificações de Representação - Deliberação Consu-A-22/17 - 01) Proc. nº 01-P-17813/2021 - Designação de Gratificações de Representação Docente e Pesquisador – conforme Relatório DGRH-228/25 e Despacho DGRH-89/25:Alex Wilhans A. Palludeto - Coord. de Pós-Graduação - IE/CPG, Ana Maria Alves Carneiro da Silva - Coordenador de Centros e Núcleos Pesq II - REIT/CGU/COCEN/NEPP, Antonio Gabriel G. Ewbank - Coordenador do Curso Graduação - IA/CG, Carlos Raul Etulain - Controlador Geral – CONTROLADORIA, Carolina Troncoso Baltar - Coord. Prog de Pós-Grad - IE/CPG, Cassiana Carolina Montagner - Coor de Curso de Graduacao - IQ/CG, Claudiney Rodrigues Carrasco - Coordenador de Pesquisa - IA/CPESQ, Gildo Girotto Junior - Coord Assoc Curso de Graduação - IQ/CG, Jefferson de Lima Picanco - Coor de Curso de Graduação - IG/CG, João Eloir Strapasson - Coord. Programa de Mestrado - IMECC/CPG, Kaue Lopes dos Santos - Coord Assoc Curso de Graduação - IG/CG, Luz Adriana Alvarez Toro - Chefe de Departamento - FEQ/DESQ, Marcelo Esteban Coniglio - Coordenador de Centros e Núcleos Pesq II – CLE, Marcos Antonio Siscar - Coordenador de Pós-Graduação - IEL/CPG, Patrícia Regina Cannetti - Coord. Comissão DEDH - REIT/GR/DEDH/CAIAPI, Rafael Straforini - Coor de Curso de Graduação - IG/CG, Regina Facchini - Coord. Comissão DEDH - REIT/GR/DEDH/CAGESE, Renata Altenfelde Garcia Gallo - Assessor Docente de Gabinete - REIT/DEAPE/AD, Sandro Tonso - Coord. Comissão DEDH - REIT/GR/DEDH/CAMEJA, Stella Zagatto Paterniani - Gestor Local de Processos - REIT/PROEEC, Wagner da Silva Amaral - Coord Assoc Curso de Graduação - IG/ CG. Em seguida, passa a palavra aos membros inscritos no Expediente. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES faz, a pedido de um colega docente, um agradecimento à Deape pela solução de um problema que estava acontecendo com os alunos da FCM que precisavam fazer o internato, que inclui ficar 12 horas de plantão, e não podiam se alimentar nos restaurantes do complexo hospitalar, devido ao tipo de auxílio que eles recebiam. Isso foi analisado e resolvido pela Deape, então os alunos já estão podendo se alimentar lá dentro. Em seguida, solicita que na próxima reunião da CAD recebam alguma informação sobre em que situação estão as propostas de atualização das demais carreiras docentes. Sabe que a carreira dos colégios técnicos está tramitando com celeridade, mas tem sido cobrado, como representante das demais carreiras, a informar em que situação está a tramitação dessas. No âmbito dos colégios técnicos e da Deeduc, existe uma comissão central de ensino médio e técnico que cuida dos currículos, dos cursos, análise, validação de diplomas, essas coisas. O regimento dessa comissão também já foi encaminhado, mas até agora a Deeduc não recebeu a informação se está aprovado, se não está, e isso está tornando um pouco mais lento o processo de composição dessa comissão, que vai ter que ser renovada, pensando em dar mais representatividade para os professores dos colégios, para que eles possam trabalhar nessas atividades da comissão, aumentar um pouco a comissão. Solicita também que, se possível, para a próxima reunião, seja trazido algum posicionamento sobre isso. A Conselheira CHRISTIANE

NEME CAMPOS expressa sua profunda preocupação, também compartilhada por outros colegas, com a deliberação Faepex 06/2025, cujo teor lhes foi comunicado por *e-mail* no dia 31 de outubro, com o título aparentemente inofensivo de "Faepex moderniza procedimentos e simplifica o acesso à cota anual". Sob a retórica da simplificação e modernização, essa deliberação representa um retrocesso significativo nos princípios que historicamente distinguiram o financiamento à pesquisa em nossa universidade. A deliberação abre brechas complicadas, mas neste momento vai se concentrar em sua dimensão mais profunda, o aspecto filosófico e institucional. Vivem em escala global um momento particularmente crítico para as universidades. A autonomia intelectual, que é um pilar fundamental da produção do conhecimento, tem sido atacada tanto de dentro como de fora das instituições. Essas ameaças manifestam-se de forma ora explícitas, ora sutis, mas são sempre deletérias para a Universidade, distanciando-a de sua essência primordial. No contexto brasileiro, o sistema de financiamento à pesquisa apresenta fragilidades estruturais. A Fapesp, apesar de sua reconhecida excelência técnica, tem trilhado uma trajetória preocupante, a concentração de recursos em grupos já estabelecidos, em um ciclo vicioso que privilegia os privilegiados e aprofunda assimetrias. Esse modelo, longe de democratizar o acesso ao conhecimento científico, cristaliza hierarquias e sufoca a diversidade intelectual. O Faepex da Unicamp sempre representou uma alternativa a esse modelo concentrador. Sua estrutura, ao exigir a complementaridade e ao submeter todos os projetos à análise de mérito, garantia um caráter genuinamente republicano ao fomento. Tratava-se de um mecanismo que reconhecia a diversidade de perfis de pesquisa e de trajetórias acadêmicas legítimas. A Deliberação 06/2025, ao dispensar de análise de mérito pedidos vinculados a projetos já financiados externamente, rompe com esse princípio fundador. E abrindo mão da sua visão institucional de fomento, sob a bandeira da simplificação administrativa, adota precisamente o modelo degenerado de outras agências de fomento, transmitindo uma mensagem inequívoca à comunidade acadêmica. Existe um modelo de pesquisador ideal, e esse modelo é aquele que possui bolsa de produtividade, integra grandes grupos de pesquisa e desenvolve projetos de envergadura institucional expressiva. Em outras palavras, estabelece-se um padrão único de excelência que desconsidera as especificidades diárias e a multiplicidade de perfis de pesquisadores, perfis igualmente ricos e necessários para o avanço científico. As consequências dessa padronização são devastadoras em múltiplas dimensões. Para pesquisadores em diferentes estágios de carreira, os impactos são distintos, mas igualmente graves. Como pesquisadora já em meio de carreira e que optou conscientemente por um caminho distante de grandes grupos e bolsas de produtividade, reconhece que suas escolhas sempre tiveram seus custos. Aceitou esses custos. Contudo, o que lhe é inaceitável é que essa deliberação penalize seus orientandos. Ao transformar o único fundo verdadeiramente democrático disponível em mais um mecanismo que perpetua assimetrias, a Universidade compromete a formação da próxima geração de pesquisadores, aqueles que dependem desse suporte para participar de eventos científicos, estabelecer redes de colaboração e se desenvolver intelectualmente. Para docentes em início de carreira, a mensagem é ainda mais deletéria: não há espaço institucional para carreiras diferentes do modelo hegemônico. O recado implícito é

claro: pleiteie imediatamente sua bolsa de produtividade, junte-se a grupos temáticos, submeta seu projeto individual de grande envergadura, independentemente da adequação desses formatos à sua área de conhecimento ou aos seus interesses intelectuais genuínos. Essa imposição é particularmente absurda quando consideram as especificidades dos diferentes campos do conhecimento. Áreas teóricas, como a sua, não apenas prescindem da necessidade de grandes grupos, como frequentemente produzem seu conhecimento mais original precisamente em configurações distintas. A imposição de um modelo único ignora solenemente essas particularidades. O que torna essa deliberação ainda mais preocupante é a sua contramão histórica; enquanto o mundo científico avança no reconhecimento da necessidade de ampliar contextos, pluralizar abordagens e valorizar a diversidade metodológica, a Unicamp caminha na direção oposta. Medidas como essa desestimulam que o pesquisador corra riscos. Como se aventurarão em grandes problemas, aqueles cuja maturação demanda tempo, reflexão e resiliência diante da ausência de resultados imediatos? A pressão por resultados rápidos e quantificáveis, amplificada por mecanismos como os propostos nessa deliberação, inviabiliza precisamente o tipo de pesquisa que historicamente produziu avanços científicos transformadores. A deliberação Faepex 06/2025 não é uma mera questão administrativa ou de simplificação processual. Trata-se de uma escolha sobre que tipo de universidade querem ser e que tipo de ciência querem produzir. Podem optar pelo caminho da padronização, da concentração de recursos, da ciência produtivista e presentista. Ou podem reafirmar seu compromisso com a pluralidade, com a autonomia intelectual, com o republicanismo no acesso aos recursos públicos destinados à pesquisa. Na certeza de que todos querem a segunda opção, exorta o conselho do Faepex a reconsiderar os termos dessa deliberação, não apenas em seus aspectos operacionais, mas em suas premissas filosóficas institucionais. O que está em jogo não é apenas o acesso a uma cota anual de financiamento, é a essência da universidade pública como espaço de liberdade intelectual e diversidade científica. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que os servidores técnico- administrativos estão aguardando algumas regulamentações por parte da Universidade. Sobre uma delas o conselheiro Bruno vai falar, que é a questão do trabalho remoto, o trabalho híbrido. Outra é a regulamentação, no artigo 110 do Esunicamp, dos funcionários PCD ou com PCD sob seus cuidados. Isso foi retirado de pauta no último Consu, e salienta que isso deve retornar no próximo, porque é algo importante, que impacta muitas vidas aqui dentro da Universidade e precisam tomar algumas decisões a respeito disso. Refere-se também ao pessoal que está no imbróglio da mudança de regime, um grupo de 435 pessoas que está há muito tempo esperando um posicionamento. Saiu uma determinação em fevereiro do STF e desde então estão aguardando o posicionamento da Reitoria. Já houve uma reunião com o senhor Reitor sobre os próximos passos, mas eles aguardam uma nova reunião, uma nova resposta, pois estão angustiados. Nesse ínterim, saíram algumas sentenças judiciais de pessoas que entraram na justiça para reverter a palavra do STF e pelo menos três ou quatro casos já foram favoráveis aos servidores. Solicita que a Reitoria converse com o grupo, e que a PG possa sentar inclusive com o escritório que está defendendo essas pessoas para poder fazer uma nova conversa. O Conselheiro BRUNO GOMES

XIMENES diz que, após a apresentação realizada na CAD do dia 2 de setembro sobre o trabalho híbrido, foi gerada uma expectativa de apreciação da minuta na reunião seguinte. Muitas pessoas têm perguntado a ele por que isso não voltou à pauta e quando vai voltar. Aproveita para destacar que naquela apresentação constou que a proposta final da minuta seria de apenas um dia de teletrabalho na semana. No entanto, durante a campanha para a consulta a Reitor, o professor Paulo César, em diversos locais, inclusive no IB, havia sinalizado que, caso o piloto fosse um sucesso, haveria espaço para ampliar isso para dois dias. Então, solicita que considerem essa possibilidade. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que vai se manifestar em relação à deliberação Faepex, a mesma a que a professora Christiane se referiu. Vai compartilhar algumas reflexões. No modelo de universidade pública, incentivar ideias novas é muito importante. E, no geral, as ideias novas e os projetos menores têm mais dificuldade para conseguir auxílios, eles não se conectam necessariamente com grandes áreas, que são as áreas que frequentemente conseguem grandes financiamentos. E é só na universidade pública que esses pequenos projetos, que exigem mais esforço para crescer e se tornar grandes projetos, têm espaço. Acredita que o Faepex poderia desenvolver editais específicos em busca dessas ideias, favorecendo esses pequenos grupos que têm maior dificuldade para conseguir auxílio, para que eles possam se desenvolver. Muito é feito, por exemplo, para professores novos, hoje mesmo foi divulgado um edital da Faepex motivando a carreira de professores novos. Mas as ideias originais e inovadoras não só nascem dos professores novos; é algo que os docentes mais antigos fazem aqui há 20, 30 anos. Então, pergunta-se se não é um despropósito, se não estão perdendo um potencial. Imagina que a nova deliberação tenha sido formulada, de fato, para simplificar o trabalho, mas se trata de aumentar subsídios àqueles que já os têm. Pergunta se é isso o que a Universidade quer, só trabalhar naquelas grandes áreas, indicando para seus docentes que eles não devem inovar, nem ousar sair do caminho que vai proporcionar um financiamento. Considera isso um despropósito, porque a universidade pública é para isso. Pergunta se a Unicamp ainda é uma das melhores universidades públicas do país ou se ela está sendo transformada em uma empresa. Ideias novas, ideias originais não necessariamente são aquelas que fazem parte dos grandes projetos; acredita que é aí que se encontra o futuro. Espera que consigam mudar esse caminho um pouco desagradável, sem tirar o mérito do Faepex, que já faz muito, mas acha que precisa reservar um espaço para coisas novas. A Conselheira MILENA PAVAN SERAFIM convida toda a comunidade para estar na FCA nos dias 11 e 12 de novembro, na terceira edição da Primavera Cultural e Literária. Haverá uma agenda bastante intensa, com muita música, oficinas, sessão de cinema, além da Feira do Livro. Agradece ao Cemeq, em nome dos senhores Cleber e Pedro, por todo o esforço que eles vêm empreendendo em atender as demandas da FCA, em particular a licitação do elevador do prédio Ensino 2 da FCA, cujo elevador nunca funcionou, por diversas razões, desde a sua inauguração, e agora vão conseguir caminhar com esse serviço, justamente para dar maior condição à acessibilidade da Unidade. E, por fim, pergunta para o professor Sarti se ele tem alguma previsão de resposta em relação à demanda dos diretores sobre o pós-doutorado. O Conselheiro MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA diz que primeiramente vai se

referir a um assunto bastante triste: ficaram sabendo ontem de manhã do falecimento de um professor aposentado bastante querido do IFGW, Rubens Britto. Ele já estava aposentado já há um certo tempo, mas é alguém bastante caro realmente na instituição e é uma pena saber desse fato. A missa de sétimo dia dele vai acontecer agora na sexta-feira. Outro assunto é que receberam uma notificação bastante importante no começo do mês passado, a respeito do Prêmio Nobel. O Prêmio Nobel em Física tratou de um assunto bastante importante, o tunelamento quântico macroscópico, que são sistemas dissipativos cuja teoria foi desenvolvida na década de 1980 por um professor do IFGW, enquanto realizava o seu doutorado na Inglaterra. O Prêmio Nobel foi concedido pela realização experimental do que eles previram na década de 1980 e realmente isso trouxe bastante notoriedade já ao longo da carreira desse professor. Provavelmente um dos artigos mais citados do Brasil, se não o mais neste momento, é do professor Amir Caldeira. Por fim, faz uma pergunta que tem circulado no Instituto, que é a respeito do financiamento da Universidade a partir do momento em que o ICMS já não valer mais. Haverá um processo de transição, e gostariam de saber um pouco mais sobre o planejamento do próprio Cruesp com relação a isso. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES diz que sua intervenção é um pouco na direção dessa discussão sobre o Faepex, mas não queria fechar nela. Pensa que existe um clamor dentro da Universidade em relação ao problema da valorização docente. Toda vez que se elegem aqui para representar os docentes, falam dessa questão da valorização docente. Existem várias maneiras de fazer essa valorização, mas há algumas questões que são mais diretas para eles, como o financiamento de pesquisa. A cota do Faepex individual para cada docente não aumenta há muito tempo; desde que ingressou na Universidade, há 20 anos, passou de R$6 mil para R$8 mil, portanto acha que deviam repensar um pouco. O Faepex não é a única fonte, mas ele é uma fonte importante e democrática. Outra questão são os editais de pesquisa internos; acha que poderiam pensar um pouco sobre as temáticas desses editais. Ao longo desses anos todos, nunca viu um edital de pesquisa que contemplasse questões interdisciplinares, questões mais de linguagem, questões de humanidade e linguagem. Os editais são sempre na direção das áreas duras. Precisam pensar um pouco sobre a política de financiamento interno de pesquisa. Criaram hoje uma diretoria porque acham que precisam ter governança em relação a um certo tema, e é um tema, não é uma atividade-fim da Universidade. Está falando de atividade-fim da Universidade, que é a pesquisa, sobre a qual devem ter uma política de governança em relação muito clara. Não sabe se ao longo dos anos ficaram meio estabilizados, mas pede aos pró-reitores da PRDU e da PRP que se articulem e pensem sobre isso. Foi a favor do programa de pós-doutorado, hoje em dia repensa sua posição; não sabe se há uma avaliação desse programa, o quanto ele foi bom para a Universidade, o quanto há, por exemplo, desvio de função. Pergunta se terão coragem de falar sobre essas questões, e lembra que estão investindo um recurso alto nisso, por isso deveriam pensar na política de governança da pesquisa na Unicamp, que é uma atividade-fim. O professor Sarti falou que o compromisso com os estudantes é muito importante, mas o compromisso com os docentes também deve ser, afinal eles estão aqui todos os dias, durante décadas. Seria interessante terem uma clareza muito maior em relação a essa questão. O Conselheiro JOSÉ

LUIS PIO ROMERA diz que protocolaram um ofício solicitando o vale-alimentação extra de final de ano e pede um retorno, já que haverá uma reunião de negociação da pauta específica no dia 17 e vários servidores estão perguntando sobre essa questão. Outro tema que constará na reunião do dia 17 é a equiparação salarial com a USP, pelo menos os estudos que foram solicitados e que ficaram de ser encaminhados para a diretoria do sindicato. E, por fim, com relação à mudança de regime, o entendimento do sindicato é que não existem não modulados. Com as decisões, sentenças de primeira instância, pelo menos, todas essas pessoas têm o direito de permanecer no Esunicamp, desde que tenham mudado antes de 29 de julho de 2015. Isso já está fundamentado em sentença agora, portanto não existe mais o termo "não modulado" no entendimento do sindicato. Acha que isso abre um espaço para a negociação e uma saída administrativa para esse tema, pela manutenção de todos no Esunicamp, aqueles que inicialmente se achava que não seria permitida a permanência. Fizeram uma plenária hoje e estão na expectativa de ter um retorno da Reitoria sobre uma nova reunião, como também a direção do sindicato com o departamento jurídico, uma conversa no sentido de buscar uma saída de comum acordo de permanência no Esunicamp. O Conselheiro NEWTON CESÁRIO FRATESCHI diz que é um profundo pesar realmente a perda do professor Antonio Rubens Britto de Castro, que foi seu orientador de iniciação científica e de mestrado, que o influenciou muito a entrar na área de Optoeletrônica. Ele era um professor fantástico, e apesar de ser uma coisa pessoal representa a opinião de muitas pessoas que conviveram por ele, uma pessoa que tinha um conhecimento da teoria e aplicação muito forte, e que teve uma contribuição fortíssima nos projetos do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. Uma pessoa com uma personalidade muito especial, lembra-se de trocarem informação, ele ensinava-lhe Eletrônica e ensinava Astronomia para ele. Faz essa homenagem a ele, que faleceu aos 85 anos no sábado. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE presta homenagem à equipe de Neurologia do Hospital de Clínicas, que durante a semana foi prestigiada na Alesp com um prêmio como uma das equipes de maior destaque do Estado de São Paulo. Havia níveis de capacitação, e a equipe do HC tem o maior nível de capacitação, que permite que, na ocorrência de acidente vascular cerebral, ela faça tanto só a medicação como também a punção do trombo. São trombos grandes, às vezes, e eles fazem a aspiração, algo que é feito em apenas 20 hospitais do Brasil. Estão fazendo tudo isso e crescendo por conta da complexidade dos pacientes, gastando mais por conta dos aumentos acima da inflação na área da Saúde, e estão fazendo isso sem o SUS Paulista o ano inteiro. Não obstante isso, diuturnamente está atrás para que voltem a receber; até o momento, são R$77 milhões, que se receberem fecharão em superávit, senão será necessário que passe alguma suplementação de recursos na próxima COP. Mas isso nunca vai deixar de ser uma militância do Hospital, não só sua, mas do Hospital como um todo. Agradece à comunidade por estar propiciando isso aos pacientes, que são mais de seis milhões de habitantes. Solicita permissão do Magnífico Reitor para no próximo Consu traga a transparência dos dados referentes ao ano, o que fizeram como crescimento, o que aumentaram em atendimento, para trazer a justificativa dos gastos. Não é que gastaram muito, estão atendendo mais, levando mais saúde de ponta, no nível de hospitais como Einstein, Sírio-Libanês, com

gestão mais saudável, com uma gestão com participação da PRDU, da Aeplan, de economistas, para ajudá-los a fazer um hospital melhor. A Conselheira KARINA GONZALES SILVÉRIO RUIZ diz que ficaram sabendo ontem, por meio do Instagram, que a Reitoria esteve presente em Piracicaba, em uma reunião junto com o prefeito de Piracicaba e o deputado estadual Alex Madureira, para conversar, entre outros assuntos, sobre o curso de Medicina em Piracicaba. Viram pelas notícias que algumas instituições de ensino de Piracicaba também estiveram presentes na reunião. Infelizmente, a FOP, que tem feito essa ponte desde a gestão do professor Flávio, entre a Prefeitura de Piracicaba, o deputado Alex Madureira e a Unicamp, não foi convidada para participar dessa reunião. Mas ficaram sabendo, por meio de colegas que estavam presentes, que a reunião foi muito produtiva, então parabeniza a Reitoria pela ação e por essa reunião positiva que foi realizada em Piracicaba. O MAGNÍFICO REITOR pede desculpas à professora Karina, mas explica que não foi a Reitoria que organizou a reunião, ela foi tratada no âmbito da assessoria parlamentar. Quando chegou lá, estranhou a ausência da professora Karina, inclusive falou sobre isso com o professor Flávio agora no fim da manhã, e pede desculpas. A discussão também foi sobre o processo de autarquização, não era só sobre a faculdade de medicina, e o deputado Alex Madureira organizou a reunião no Hospital Regional de Piracicaba. A professora Karina tem razão, houve uma falha de comunicação, mas há coisas que às vezes escapam do controle. Passa a palavra aos pró-reitores que compõem a Cepe. A Conselheira SYLVIA HELENA FUREGATTI diz que gostaria de adensar as preocupações levantadas hoje nesta reunião sobre sustentabilidade e informar sobre um evento que estão organizando, que combina de um modo muito interessante, transversal, os campos das Humanidades, das Artes, extensionistas e do meio ambiente. A ProEEC está fazendo avanços bastante importantes para a constituição de um convênio com duas instituições que envolvem os Irmãos Campana, que são *designers* brasileiros premiadíssimos, consolidados, e que representam o Brasil há muitas décadas no quesito criatividade, sustentabilidade, inovação e criação, Fernando e Humberto. O Fernando já faleceu há alguns anos, mas o Humberto vem à Unicamp no próximo dia 12 e vão recebê-lo no auditório da FECFAU para uma palestra e o lançamento de um livro. Também vão consolidar uma reunião de trabalho envolvendo várias pessoas das áreas de meio ambiente, arte, *design*, arquitetura e urbanismo e áreas afins para estabelecer uma força de trabalho para esse convênio. É o começo de uma relação bastante frutífera com um parque que existe em Brotas, em torno de uma preocupação ambiental e de *design* de cultura, fundado e mantido pela Fundação Campana, que se chama Parque Campana, e que certamente vai abrigar pesquisas, visitas técnicas e outras atividades dos estudantes, docentes e técnicos. Ocorrerão também vários fóruns permanentes que estão dedicados nas próximas semanas à questão do Antropoceno, à questão do passado e do futuro, da arte, da cultura dos museus. Espera que os conselheiros estejam recebendo essa comunicação e que possam participar, na medida do possível. Por fim, destaca que na última sexta-feira tiveram a felicidade de estar em Limeira, na Faculdade de Tecnologia, para uma solenidade de entrega de certificados de um curso de extensão em Libras, que formou mais 60 novas pessoas capacitadas de dentro e de fora da Unicamp, da comunidade em geral, para poder trabalhar essa questão de

Libras. Parabeniza muito a professora Lubienska Lucas por esse projeto que ela conduz, de forma conjunta com a servidora Silvia Covais, da FT. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz, respondendo à professora Milena, que recebeu na PRDU a proposta dos diretores, e que PRDU e Aeplan estão fechando a proposta de distribuição orçamentária. O que os diretores trouxeram foi uma proposta de 81 bolsas, o que totalizaria um valor de R$12 milhões, e estão procurando espaço dentro do orçamento para ver se é possível renovar. Entendem o problema, fizeram a distribuição dos cargos para docentes, os concursos demoraram para acontecer, por uma questão normativa, tiveram que regularizar primeiro. Muitas unidades não concluíram, algumas sequer começaram, e nesse meio-tempo estão vencendo as bolsas anteriores, o que cria um espaço. Diferentemente da professora Anna Bentes, tem uma opinião muito favorável sobre o programa, acha que esses pós-doutorandos têm todo o direito de conseguir essa capacitação docente. Eles têm como objetivo concursar em boas universidades como a Unicamp, a USP, a Unesp, e essa capacitação ajuda muito, todos sabem disso. Nas opiniões que colheu nas principais unidades, com alguns dos diretores, não viu nenhuma crítica sobre o programa. Não sabe dizer se a atuação deles configurava desvio de função, mas era um espaço que realmente tinha uma posição institucional, porque havia a dificuldade de distribuir os cargos porque ainda não estavam regularizados. Uma vez distribuídos, houve uma dificuldade adicional, que foi a questão dos concursos, mas estavam muito bem focados em cima do que era o objetivo institucional de um lado e do outro, obviamente dando as condições para que esses pós-doutorandos pudessem se capacitar. No momento, o programa só se justifica pelo fato de esses concursos estarem atrasados e criar essa brecha que para algumas unidades causou realmente um problema. Estão analisando, não é um programa barato, são R$12 milhões. Respondendo ao professor Marcos, diz que a reforma tributária vai demorar muito tempo; o IBS vai substituir o ICMS, mas isso tudo vai ocorrer muito lentamente. Há uma proposta que já foi encaminhada via Cruesp de trabalhar em cima do que seria a base tributária nova, que vai incluir não só ICMS, traz também um outro imposto, e já fizeram alguns cálculos de que isso poderia até permitir uma redução dos 9,57% para alguma coisa em torno de 8,66%. O sindicato tem uma outra proposta, que é trabalhar com a base tributária líquida total, e aí as alíquotas seriam diferentes. Há tempo para discutir, e o que os deixa muito preocupados não é só a questão da reforma, é o fato de que o financiamento ainda depende de uma lei orçamentária. Isso traz fragilidade, pois implica uma renovação ano a ano por parte da Alesp, que poderia, ou por uma iniciativa inclusive do Executivo, com uma canetada reduzir esse percentual. Apresentaram uma proposta de constitucionalização, assim como funciona com a Fapesp, embora nem essa segurança jurídica tenha ajudado a Fapesp quando houve o corte dos 30%. Então, é uma situação delicada, mas todas as análises foram feitas pela CPLAE, dentro da PRDU. A avaliação que se tem é que a reforma em si é benéfica para São Paulo. Isso é até fácil de entender pelo fato de que uma das principais mudanças tem a ver com a tributação no consumo e não na produção. Como São Paulo é a maior base de produção, a mudança esvazia muito o fator da guerra fiscal, já que não haverá mais interesse em produzir em Goiás, em Minas Gerais, se o consumo não está todo localizado ali. Não é à toa que a bancada paulista de todos os partidos

votou favorável à reforma. Isso foi feito ainda na Secretaria de Fazenda, as universidades simularam, vários órgãos simularam para entender. Em seguida, diz que os números da arrecadação seguem decepcionantes; havia uma previsão de R$180 bilhões que não se concretizará, tudo indica que já com esses dez meses de arrecadação chegarão a um patamar que o próprio governo revisou para R$175 milhões, ou seja, uma redução significativa de R$7 bilhões. Isso para a Unicamp representa mais de R$140 milhões de perda de arrecadação. No entanto, olhando para os números mais recentes de outubro, talvez não alcancem nem os R$175 milhões, porque para chegar a esse valor teriam efetivamente que ter um crescimento da arrecadação e ela não vem acontecendo. Precisaria ocorrer um crescimento de mais de 6,8%, e o acumulado nos 10 meses está abaixo disso. O Projeto de Lei Orçamentária do Estado para 2026 sinalizou para um aumento de 6,7% sobre o que eles agora estimam que vão arrecadar, que é R$175 bilhões. Essa é uma taxa que os decepcionou, mas por outro lado confirmou o que as conversas com os especialistas já vinham apontando, pelo fato de que geralmente na PLOA colocam a taxa de crescimento para o ano seguinte somando a inflação prevista com a taxa de crescimento. Se fosse isso, como sempre eles vêm fazendo, exceto o ano passado, que calcularam em 10,5%, que foi muito superior, o crescimento previsto para 2026 mais a inflação teria que ser a partir de 7%. Então, o próprio governo já está sinalizando que essa arrecadação não deve seguir. A única explicação plausível que têm encontrado é o fato de o governo não voltar a onerar, não voltar a subir as taxas que ele tinha reduzido. Tanto é que encontram isso muito forte em um grupo de arrecadação, que é o dos preços administrados, que vem tendo um desempenho muito aquém dos demais da economia. Isso realmente é uma variável sobre a qual não possuem controle, mas vão acompanhando, monitorando. Todas as demandas são legítimas, mas precisam ter recursos para atendê-las, e nem sempre isso é possível. O senhor José Luis falou aqui de uma coisa importante, que foi a regularização dos cargos na Alesp, para a qual o sindicato aoresentou uma proposta de aumentar o número para mil, no caso do nível fundamental. Se pegarem o contrato de manutenção da Universidade, verão que há mais de 500 funcionários terceirizados, como o senhor José Luis gosta de chamar. No almoxarifado, mais 290, aproximadamente. No de segurança, são 500. Então, mil já ficaria pouco. A tomada de decisão nesse sentido ocorreu porque o Ministério Público disse que a Unicamp não pode permitir que esses serviços sejam feitos pela sua fundação. Manutenção, segurança e almoxarifado eram feito pela Funcamp, e o Ministério Público falou que não poderia mais, e se a Funcamp quisesse participar ela teria que participar do processo de licitação. E ela entrou em todas as licitações. O Professor FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que o último entendimento é que a Funcamp não pode mais nem participar do processo de licitação, porque a Unicamp poderia favorecer a Funcamp com vazamento de algum tipo de dado, então até isso está sendo difícil. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que nas que a Funcamp participou ela perdeu, porque o custo dela não era suficiente. Em uma licitação como essa, do almoxarifado, tomam um valor de referência, consultam o mercado, usam todas as formas, chegam a um valor, e se trazem o valor para baixo, dá vazio. Se usam a mediana, fica com aquele valor, aí a empresa que ganha fica com um valor acima, então pergunta qual é a solução.

Conversaram no Tribunal de Contas, mas a lei é a lei. Há uma minuta pronta de uma mudança na relação entre as fundações de apoio e a Universidade, porque isso resolveria grande parte dos problemas. Se os órgãos de controle entendessem que a Universidade poderia e deveria usar a sua fundação de apoio, certamente esses contratos seriam mais baratos, certamente o serviço prestado seria melhor, não tem a menor dúvida. Todos concordam que a manutenção piorou, que o restaurante piorou, mas existe um limite da gestão; precisam levar todos esses componentes em consideração, e isso impacta, inclusive, na questão financeira. Estão pagando mais caro para ter uma qualidade de serviço pior, mas isso não é culpa dos funcionários. O senhor José Luis disse que a Universidade incentiva a terceirização; ela não faz isso, mas ela precisa seguir uma lei. A Unicamp não pode se posicionar contra o Tribunal de Contas, contra o Ministério Público, mas é fato que a gestão piora e financeiramente fica mais caro. Vê o esforço que os funcionários desta Casa fazem para tentar fazer com que o restaurante universitário tenha a melhor qualidade possível, que a prestadora de serviços de manutenção cumpra os serviços com algum nível de qualidade, e isso vale para todo o resto, como é a questão da segurança. O MAGNÍFICO REITOR diz que a professora Ana Frattini está indo para uma reunião no Fermilab, junto com o professor Coelho, mas ela respondeu hoje de manhã algumas dessas questões que estão gravadas na Cepe. Houve um acordo de fazer uma mudança no texto para deixar claro que o que mudou foi só para tornar mais ágeis algumas coisas, mas as mesmas características estão presentes no Faepex. Solicitaram que os colegas os encaminhem e vão enviar depois para a bancada e para os diretores um texto mais elaborado, com alguma proposta de mudança, até que cheguem a um documento final. Segundo a compreensão de todos aqui, o Faepex pode ajudar muito sem perder as características que ele tem. Então solicita que enviem as sugestões para prepararem uma documentação que ajude a compreender isso. Sobre essas questões dos serviços, relata que quando foi diretor executivo da Funcamp, em 2010, houve uma greve poque os serviços terceirizados não pagavam os funcionários, e em três dias a Funcamp criou uma estrutura de liderança na área de segurança. Foi ameaçado por empresários dessa área, subliminarmente. A Funcamp fez um projeto de segurança na Universidade em que todos os indicadores de roubo, de pequenos furtos, caíram. Perderam na justiça, após uma disputa de sete anos. A mesma coisa aconteceu com o restaurante e com o almoxarifado. A Funcamp não é competitiva. Estão buscando a contratação de um emergencial na área de restaurantes, porque os preços subiram demais. Então, nesse aspecto, é claro que as pessoas aqui conversam, sugerem, lembram das coisas, mas é importante ouvir também a versão de quem faz gestão, e não é trivial fazer isso. Nesta semana, procuraram a CDHU, que tem uma *expertise* enorme em fazer prédios em escala, para saber se não é um bom caminho para que a Unicamp possa construir a nova moradia com mais agilidade. O tempo todo é assim, procurar caminhos para que resolvam as questões. Sobre a reforma tributária, de fato é uma preocupação do Cruesp; a substituição do ICMS pelo IBS é uma coisa muito objetiva, o IBS é a soma do ICMS e o ISS, portanto a base de recurso dele é maior do que a base do ICMS. O Cruesp encaminhou um documento, e o projeto é permanecer com a percentualização do recurso e ter isso constitucionalizado, para que deixe de ser um decreto anual assinado. Sobre

os estatutários, o Supremo julgou inconstitucional, e com isso dividiu os dois mil servidores que fizeram a mudança de regime em 2014. O STF modula, então esses dois mil ficam em três grupos: os que se aposentaram antes da sentença, de março de 2025, que permanecem como estão; quem tem alguma regra de aposentadoria também permanece nessa situação; e os 435 que não se aposentaram e não foram modulados por não terem alguma regra, devem retornar ao regime celetista. A Universidade estudou bastante isso, existem alguns caminhos, chegaram até a fazer uma proposta para o grupo que iam discutir com a Prevcom, com a perspectiva de preservar essas pessoas dentro do regime da Prevcom, para que eles pudessem ter uma segunda aposentadoria. Mas era um assunto que dependia de outros atores que não só a Unicamp e a Prevcom, dependia do Ministério Público, dependia de lei. O grupo não recebeu isso com muita motivação na reunião, pediu um tempo para pensar, mas esse tempo precisa ser combinado também, porque a qualquer momento a Universidade pode ser acionada por não ter agido com o retorno do regime. O sindicato, através do seu jurídico e do doutor Ricardo Sobral, defende uma tese de que há uma sentença no TJ, em São Paulo, onde há uma perspectiva de modulação para esses 435, por conta de uma decisão *ex nunc* até uma determinada data de 2015. As pessoas estão entrando na justiça individualmente, e já há dois casos de sentenças e uma liminar em primeira instância impondo à Unicamp o retorno delas ao regime estatutário. Estão tentando ter a conduta mais tranquila possível porque, como já disse aqui neste plenário, o projeto nunca foi esse. Estava nesta sala quando votaram em dezembro de 2013 esse processo. Discorda so senhor José Luis de que bastaria o Reitor da Unicamp fazer um acordo, isso é irreal. Quem ofereceu a denúncia foi o Ministério Público. Estão trabalhando nisso com cuidado, com equilíbrio, cautela, esgotando todas as possibilidades, porque nesse grupo há pessoas que dedicaram a vida à Universidade. Mas também existe o compromisso institucional de proteger a Universidade. Se for possível, se houver sustentação jurídica de largo prazo, pode fazer acordo com a PGE. Não é só sentar na mesa e assinar um acordo. A grande dificuldade é fazer alguma ação e, de repente, a Universidade voltar para trás, o que também é perigoso. Então, precisam proteger a Universidade e dizer em que momento estão para os órgãos que os fiscalizam. Há pessoas que querem se aposentar e não podem, e têm pedido a elas um pouco de paciência, porque há uma expectativa de que isso poderia, em algum momento, ter alguma mudança, e aí elas não perderiam aquele sonho de se aposentar com aposentadoria integral. Porque uma vez aposentado em CLT, não tem mais volta. Há também toda uma transposição de recursos financeiros, porque vão ter que devolver recursos ao INSS, que não foram recolhidos por conta dessa mudança das pessoas para o regime estatutário. Então, dependem de vários atores para chegar a uma solução, não se trata da vontade do Reitor fazer um acordo. Sobre o trabalho remoto, diz ao conselheiro Bruno que é verdade que na campanha falou sobre isso, mas observa que a amostra que possuem é em sua maioria de pessoas da área de informática. Não possuem uma amostra do administrativo, que é um assunto que vão discutir aqui. A Amazon vai demitir 20 mil funcionários, por causa da inteligência artificial, mas precisam preservar isso na Universidade. O banco Itaú demitiu dois mil funcionários. Há descobertas de que as pessoas tinham outro emprego quando elas ficavam em casa, portanto há desafios em lidar com essas

variáveis também no serviço público. A senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA diz que fizeram a minuta de deliberação sobre o trabalho híbrido, apresentaram à Procuradoria Geral, que fez uma série de considerações, devolveu ontem o processo à DGRH, que já fez todos os ajustes e fará o encaminhamento para o Gabinete do Reitor avaliar a inserção na próxima CAD, ou quando for pertinente. A posição da DGRH é que devem começar de forma gradual, pois há muito aprendizado com o trabalho híbrido. Precisam aprender essa modalidade de trabalho e depois vão ter a possibilidade de crescer com ela à medida que forem acertando ao longo do tempo. Sobre os PCDs, fizeram uma revisão da proposta que tinham enviado para o Consu, do ajuste do artigo 110, terão uma reunião com a Procuradoria Geral para fechar a proposta e, posteriormente, apresentar para a Reitoria para ir ao Consu que a Reitoria achar pertinente. Aproveita para lembrar sobre o recastramento: foram acionados pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas na semana passada de que terão que fazer o recadastramento digital anual do ano de 2025, de 1º a 30 de novembro. Já foram encaminhados *e-mails* pela própria Secretaria para todos os servidores e a DGRH está trabalhando com os RHs das unidades, vão fazer uma força-tarefa. É uma exigência do governo que suspenda o salário do servidor que não se recadastrar; precisam justificar se não suspenderem. O recadastramento é feito pelo aplicativo SOU ou pelo sistema do gov.br. Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação da Câmara de Administração. Campinas, 4 de novembro de 2025.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **417ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO**, realizada em 2 de dezembro de 2025, sem alterações.*